



DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 07.028.841/0001-56

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA - DECRETO nº 43.150, de 08/11 E DECRETO nº 43.687 de 07/12.

Ao

Sr. Pregoeiro (a)

Ref.: Pregão Eletrônico nº 0002/2021 – R1

Processo SEI nº 260005/002834/2020

FARLY SOUZA DA SILVA, portador da **cédula de identidade nº 203693205**, expedida por DIC-RJ e do **CPF nº 105.301.137-75**, como representante devidamente constituído da **DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **07.028.841/0001-56**, doravante denominada licitante, para fins do disposto no Edital PE 0002/2021-R1, declara, sob as penas da lei, em especial o Art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta apresentada para participar do **Edital PE 0002/2021-R1** foi elaborada de maneira independente (**pelo Licitante**), e que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Edital PE 0002/2021-R1**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do **Edital PE 0002/2021-R1** não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Edital PE 0002/2021-R1**, por qualquer meio ou qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Edital PE 0002/2021-R1** quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do **Edital PE 0002/2021-R1** não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer

Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318
CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro - RJ



(21) 3923-5276 (21) 98502-1341

desa.servicos@gmail.com.br

4

17



DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 07.028.841/0001-56


outro participante potencial ou de fato do **Edital PE 0002/2021-R1** antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do **Edital PE 0002/2021-R1** não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da FAETEC antes da abertura oficial das propostas;

f) Que as informações prestadas são verdadeiras, e assumo o compromisso de apresentar, quando solicitado, quaisquer documentos comprobatórios necessários cuja finalidade esteja inserida no contexto do objeto da referida licitação; e

g) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Rio de Janeiro, 08 de dezembro de 2021.


DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
Farly Souza da Silva
CPF: 105.301.137-75
Sócio Administrador





DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 07.028.841/0001-56

ANEXO IV

DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO AO INCISO V, DO ART. 27 DA LEI Nº 8.666/93

Ao


Sr. Pregoeiro

Ref.: Pregão Eletrônico nº 0002/2021 – R1

Processo SEI nº 260005/002834/2020

DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.028.841/0001-56, sediada na Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318, CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro – RJ, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr. **FARLY SOUZA DA SILVA**, inscrito no CPF sob o nº 105.301.137-75, portador da cédula de identidade nº 203693205, expedida por DIC-RJ, **DECLARA**, sob as penas da Lei, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, em conformidade com o previsto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Rio de Janeiro, 08 de dezembro de 2021.


DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
Farly Souza da Silva
CPF: 105.301.137-75
Sócio Administrador

Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318
CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro – RJ



(21) 3923-5276 (21) 98502-1341

desa.servicos@gmail.com.br

49



DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 07.028.841/0001-56

ANEXO V

DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO A LEI ESTADUAL Nº 7.258/2016

Ao

Pregoeiro

Ref.: Pregão Eletrônico nº 0002/2021 – R1

Processo SEI nº 260005/002834/2020

DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.028.841/0001-56, sediada na Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318, CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro – RJ, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr. FARLY SOUZA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 105.301.137-75, portador da cédula de identidade nº 203693205, expedida por DIC-RJ, DECLARA, para fins do disposto no Lei Estadual nº 7.258/16, em seus quadros, o percentual mínimo de empregados beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoas portadora de deficiência habilitadas, na proporção de 5 %, na medida em que atualmente conta com 5 (1.000) empregados.

Rio de Janeiro, 08 de dezembro de 2021.


DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
Farly Souza da Silva
CPF: 105.301.137-75
Sócio Administrador

Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318
CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro – RJ



(21) 3923-5276 (21) 98502-1341

desa.servicos@gmail.com.br

50



DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 07.028.841/0001-56

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE

Ao

Pregoeiro

Ref.: Pregão Eletrônico nº 0002/2021 – R1

Processo SEI nº 260005/002834/2020

DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.028.841/0001-56, sediada na Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318, CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro – RJ, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr. **FARLY SOUZA DA SILVA**, inscrito no CPF sob o nº 105.301.137-75, portador da cédula de identidade nº 203693205, expedida por DIC-RJ, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não foram aplicadas as seguintes sanções, cujos efeitos ainda vigorem:

a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);

b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);

c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93).

Rio de Janeiro, 08 de dezembro de 2021.


DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
Farly Souza da Silva
CPF: 105.301.137-75
Sócio Administrador

Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318
CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro – RJ



(21) 3923-5276 (21) 98502-1341

desa.servicos@gmail.com.br

51



DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 07.028.841/0001-56

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Ao

Pregoeiro

Ref.: **Pregão Eletrônico nº 0002/2021 – R1**

Processo SEI nº 260005/002834/2020

DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.028.841/0001-56, sediada na **Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318, CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro – RJ**, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr. **FARLY SOUZA DA SILVA**, inscrito no CPF sob o nº 105.301.137-75, portador da cédula de identidade nº 203693205, expedida por DIC-RJ, **DECLARA** ter designado o profissional abaixo relacionado como responsável técnico pela empresa, de acordo com o objeto contratado.

Nome: VITOR DE PAIVA ROCHA

CRA nº 2057653

Especialidade: ADMINISTRADOR

Data de Registro: 25/07/2005

Assinatura RT: _____

Rio de Janeiro, 08 de dezembro de 2021.

DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
Farly Souza da Silva
CPF: 105.301.137-75
Sócio Administrador

Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318
CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro – RJ



(21) 3923-5276 (21) 98502-1341

desa.servicos@gmail.com.br



DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 07.028.841/0001-56

ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

Ao


Pregoeiro

Ref.: **Pregão Eletrônico nº 0002/2021 – R1**

Processo SEI nº 260005/002834/2020

DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no **CNPJ sob o nº 07.028.841/0001-56**, sediada na **Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318, CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro – RJ**, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr. **FARLY SOUZA DA SILVA**, inscrito no **CPF sob o nº 105.301.137-75**, portador da **cédula de identidade nº 203693205**, expedida por **DIC-RJ**, **DECLARA**, que conhece os detalhes do objeto contratual (situação atual do local, eventuais equipamentos e extensão dos serviços), tendo sido esclarecidas todas as dúvidas, considerando-as atendidas e plenamente capacitada a elaborar a proposta, nos termos e condições estabelecidas no edital e seus anexos, assumindo a responsabilidade por eventuais problemas na sua execução, não podendo ser alegado desconhecimento das condições de execução contratual como pretexto para eventual inexecução total ou parcial do contrato, atrasos em sua implementação ou alterações do objeto contratual

Rio de Janeiro, 08 de dezembro de 2021.


DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
Farly Souza da Silva
CPF: 105.301.137-75
Sócio Administrador

Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318
CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro – RJ



(21) 3923-5276 (21) 98502-1341

desa.servicos@gmail.com.br

53



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio a Escola Técnica

LICITAÇÃO POR PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021-R1

HABILITAÇÃO JURÍDICA

Av. Pastor Martin Luther King Junior, 126 - Torre 1000 sala 1318

Del Castilho - Cep. 20765-000 - Rio de Janeiro

Contato: 21 3923-5276 / 21 98502-1341 e-mail: desa.servicos@gmail.com

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
ARTILHA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 1531729522

NOME: FARLY SOUZA DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR / UF: 203693205D1CRJ

CPF: 105.301.137-75 DATA NASCIMENTO: 25/07/1984

FILIAÇÃO: ALUIZIO JOSE DA SILVA

MARIA JOSE SOUZA DA SILVA

PERMISSÃO: ACC CAT. HAB: D

Nº REGISTRO: 05924239939 VALIDEZ: 19/06/2022 1ª HABILITAÇÃO: 07/11/2013

OBSERVAÇÕES: A EAR

ASSINATURA DO PORTADOR: Farly Souza da Silva

LOCAL: NILOPOLIS, RJ DATA EMISSÃO: 03/10/2017

ASSINATURA DO EMISSOR: 58110838038 RJ162958331

PROIBIDO PLASTIFICAR 1531729522

RIO DE JANEIRO

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por LADY DIANA REGIS DE OLIVEIRA, em segunda-feira, 18 de janeiro de 2021 12:03:48 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico

55

Verifique os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/122961801210731316097>



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 122961801210731316097-1
Data: 18/01/2021 11:34:23
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALA05503-DXHY:



Cartório Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevedo de M. Cavalcanti



TJPB

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL

NOME
CONCEIÇÃO DE MARIA FERREIRA BONAVITA

FILIAÇÃO
JOSÉ MARIA FERREIRA
MARIA VITÓRIA BARROS FERREIRA

DATA NASC.
14/12/1965

NATURALIDADE
MIRINZAL/MA

OBSERVAÇÃO
NÃO HÁ

FATOR RH
XXXX

Conceição de Maria Ferreira Bonavita

PROIBIDO PLASTIFICAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

LEI N.º 7.116, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

CPF 014.796.077-03 DNI 000000000000000000
REGISTRO GERAL 35.272.951-1 DATA DE EXPEDIÇÃO 16/06/2021

REGISTRO CIVIL
C.CASM LIV 00004BA FLS 123 TERM 0001023 C 001
MESQUITA RJ

TPS/SÉRIE/UF
72702 1 MA

IDENTIDADE PROFISSIONAL
NÃO INFORMADO

CERT. MILITAR
NÃO INFORMADO

CNH
NÃO INFORMADO

CNS
NÃO INFORMADO

Adolpho Konder

1 VIA ADOLFO KONDER HORN DE CARVALHO FILHO
PRESIDENTE DO DETRAN-RJ
10/10/2019 2

0605

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

56

Verifique os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/122960707211549775778>

Autenticação Digital Código: 122960707211549775778-1
Data: 07/07/2021 11:38:31
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALT65550-7ZE5:

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevêdo de M. Cavalcanti

TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por MARCELO TIMOTEO DE OLIVEIRA, em quarta-feira, 7 de julho de 2021 11:45:45 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº. 08 DA SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA DE SÁ
CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

RCPJ-RJ 02/08/2021-11

Pelo presente instrumento particular, **FARLY SOUZA DA SILVA**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº. 05924239939 - DETRAN/RJ e CPF nº. 105.301.137-75, residente e domiciliado na Rua Doutor Albert Sabin, S/N - Bl. D - Casa 28 - Lt. 13 - Campo Alegre - CEP.: 26.292-334 - Nova Iguaçu - RJ e **CONCEIÇÃO DE MARIA FERREIRA BONAVITA**, brasileira, empresária, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, portadora da Carteira de Identidade nº. 35.272.951-1, expedida pelo DETRAN/RJ e CPF nº. 014.796.077-03, residente e domiciliada na Rua Capistrano de Abreu, 207 - Imperador - CEP.: 26.225-510 - Nova Iguaçu - RJ, únicos sócios da Sociedade Simples Limitada **DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, com sede na Av. Pastor Martin Luther King Jr, Nº 126 - Blc. 9 - Sala 1318 Torre 1 - CEP.: 20.765-000 - Del Castilho - RIO DE JANEIRO - RJ, registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro sob o nº. **254433** na data de 11/10/2004 e seu último ato registrado em 06/07/2021, inscrita no CNPJ sob o nº **07.028.841/0001-56**, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito elaborar sua **OITAVA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**, que será regida pelas seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA - ALTERAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Neste ato, resolvem os sócios aumentar o capital social da empresa, de R\$ 3.000.000,00 (Três milhões de reais), para de R\$ 3.500.000,00 (Três milhões e quinhentos mil reais), dividido em 350.000 (Trezentas e cinquenta mil) cotas de valor nominal de R\$ 10,00 (Dez reais) cada uma, subscrito e integralizado em moeda corrente do País, da seguinte forma:

SÓCIO	Nº. DE COTAS	CAPITAL EM R\$	PARTICIPAÇÃO
FARLY SOUZA DA SILVA	280.000	2.800.000,00	80%
CONCEIÇÃO DE MARIA FERREIRA	70.000	700.000,00	20%
TOTAL	350.000	3.500.000,00	100%

À vista da modificação ora ajustada consolida-se o Contrato Social, com a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Sociedade girará sob o nome empresarial de **DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, podendo usar o nome fantasia **DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS**.

CLÁUSULA SEGUNDA - A sociedade tem sua sede na AV. PASTOR MARTIN LUTHER KING JR, Nº 126 - BLC. 9 - SALA 1318 TOR. 1 - CEP.: 20.765-000 - DEL CASTILHO - RIO DE JANEIRO - RJ.

[Assinaturas manuscritas]

1

57

Verifique os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/122961308215253735969>



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 122961308215253735969-1
Data: 13/08/2021 11:38:32
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALW97385-GB2J:



Cartório Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevedo de M. Cavalcanti



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em sexta-feira, 13 de agosto de 2021 11:42:21 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço

CLÁUSULA TERCEIRA – A sociedade terá por objetivo social as atividades de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELACIONADOS COM ATIVIDADE DE CONSTRUÇÃO, ENGENHARIA CIVIL, CONSULTIVA, AMBIENTAL E REFORMA EM GERAL, SERVIÇOS DE PROJETOS DE PROJETOS DE MEIO AMBIENTE, FISCALIZAÇÃO DE OBRAS (CNAE 7112-0/00; SERVIÇOS DE PROJETOS DE ARQUITETURA, SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E REFORMA PREDIAL EM GERAL, DE ÁREAS VERDES, DE JARDINAGEM, INCLUINDO PROJETOS, DESENVOLVIMENTO DE PAISAGISMO (CNAE 7111-1/00); SERVIÇOS DE DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIOS, AMPLIAÇÃO, EDIFICAÇÃO E OUTRAS BENFEITORIAS AGREGADAS AO SOLO E SUBSOLO E OUTRAS ESTRUTURAS (CNAE 4311-8/01); SERVIÇOS DE MONITORAMENTO AMBIENTAL (CNAE 7120-1/00); SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJEOTOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO (CNAE 7119-7/04); PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO EM GERAL, INCLUSIVE DE FACHADAS, PARQUES E JARDINS (CNAE 8121-4/00); ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COM OPERADOR (CNAE 0161-0/99); SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS (CNAE 4211-1/01); OBRAS DE URBANIZAÇÃO, RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS (CNAE 4312-8/00); PINTURA PARA SINALIZAÇÃO EM PISTAS RODOVIÁRIAS (CNAE 4211-1/02); OBRAS DE ALVENARIA (CNAE 4399-1/03); ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR (CNAE 7732-2/01); CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS; OBRAS DE URBANIZAÇÃO; CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE EDIFÍCIOS (CNAE 4120-4/00); FABRICAÇÃO DE CASAS PRÉ MOLDADAS DE CONCRETO (CNAE 2330-3/04); MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS (CNAE 4329-1/04); LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR (CNAE 7711-0/00); SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA (CNAE 4923-0/02); ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS (CNAE 5223-1/00); SERVIÇOS DE RECEPÇÃO, PORTARIA E OUTROS SERVIÇOS RELACIONADOS PARA DAR APOIO À ADMINISTRAÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DOS PRÉDIOS (CNAE 8111-7/00); ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA (CNAE 8011-1/01); SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO (CNAE 8211-3/00) ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIOS (CNAE 7733-1/00); ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE (CNAE 8129-0/00); FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA EMPRESAS (CNAE 5620-1/01); SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO (CNAE 8800-6/00).**

CLÁUSULA QUARTA – A Sociedade iniciou suas atividades em 11/10/2004 e seu prazo de duração é indeterminado.



2

52



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 122961308215253735969-2
Data: 13/08/2021 11:38:33
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALW97386-34PM:



N.º: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br


Václer Azevêdo de M. Cavalcanti

TJPB



CLÁUSULA QUINTA – Além dos casos de extinção obrigatória, a sociedade se dissolverá por deliberação dos sócios por $\frac{3}{4}$ do capital e neste caso, será feita liquidação pela forma prevista na legislação pertinente, devendo o seu acervo ser apurado e partilhado entre os sócios, na proporção de suas cotas de Capital Social.

CLÁUSULA SEXTA – O sócio que desejar se retirar da sociedade deverá comunicar o sócio remanescente, por carta registrada ou protocolada, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, ao qual fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para aquisição das quotas ofertadas, podendo decidir pela dissolução da sociedade, ou concordar com a venda das quotas do sócio retirante a terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA – O capital social é de R\$ 3.500.000,00 (Três milhões e quinhentos mil reais), dividido em 350.000 (Trezentas e cinquenta mil) cotas de valor nominal de R\$ 10,00 (Dez reais) cada uma, subscrito e integralizado em moeda corrente do País, da seguinte forma:

SÓCIO	Nº. DE COTAS	CAPITAL EM R\$	PARTICIPAÇÃO
FARLY SOUZA DA SILVA	280.000	2.800.000,00	80%
CONCEIÇÃO DE MARIA FERREIRA BONAVIDA	70.000	700.000,00	20%
TOTAL	350.000	3.500.000,00	100%

PARÁGRAFO ÚNICO – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

CLÁUSULA OITAVA – Ao término de cada exercício social em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do Inventário, do Balanço Patrimonial e do Balanço de Resultado Econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA NONA – Nos quatros meses seguintes ao termino do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – Somente a sócio administrador poderá retirar mensalmente uma importância a título de *pro-labore*, que será levado à conta de despesas gerais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – A administração da sociedade caberá ao sócio **FARLY SOUZA DA SILVA**, com, os poderes e atribuições para assinar, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

[Handwritten signature]

3

59



ARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 122961308215253735969-3
Data: 13/08/2021 11:38:33
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALW97387-TE34:



Cartório Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas

Válber Azevedo de M. Cavalcanti

TJPB



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O Administrador será obrigado a prestar contas justificadas de sua administração, apresentando-lhes o inventário, anualmente, bem como o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedado o uso do nome empresarial, pelo Administrador, em atividades estranhas ao interesse social, ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da Sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A Sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Em qualquer época, por deliberação dos sócios, a sociedade poderá nos casos previstos em lei e neste contrato, aumentar o seu capital, mudar o endereço da sede da sociedade, sempre respeitando a proporção das quotas de cada sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Nos quatros meses seguintes ao termino do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso. A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA – Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuara suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA DECIMA SÉTIMA - Os sócios declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé publica, ou a propriedade.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA – Os casos omissos neste instrumento serão regidos pela legislação que rege as Sociedades Limitadas e supletivamente pelas normas das Sociedades Anônimas.

(Assinaturas manuscritas)

4

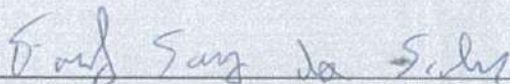
60



CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Fica eleito o Foro da Comarca do Rio de Janeiro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.


E, por estarem assim justos e contratados assinam presente instrumento em 02 (duas) vias.

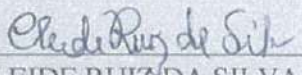
Rio de Janeiro, 27 de julho de 2021.


FARLY SOUZA DA SILVA
Sócio


CONCEIÇÃO DE MARIA FERREIRA BONATIVA
Sócia

TESTEMUNHAS:



JOSÉ LUIZ DE MORAIS
070330/O-3 CRC/RJ


CLEIDE RUIZ DA SILVA
171787 - OAB-RJ

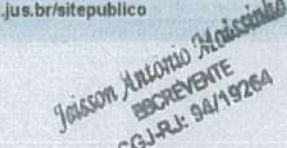
Cartório do 1º Ofício de Mesquita - RJ
Rua Prefeito José Montes Paixão, 1967 - Centro - Mesquita/RJ - Tel.: (21) 3765-6034
cartorio1mesquita@gmail.com - TABELÃO: CLAUDIO DE FREITAS F. ALMEIDA

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de FARLY SOUZA DA SILVA - EDW81620-EWW, CONCEIÇÃO DE MARIA FERREIRA BONATIVA - EDW81621-AEB, e dou fe.
Mesquita-RJ, 28 de julho de 2021.
Jeisson Antônio Moissinho-Escritor

Qtd 2-Emolumentos: R\$ 12,12 Taxas: R\$ 4,94 Total R\$ 17,06.
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

 15334084438654

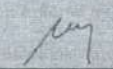

Jeisson Antônio Moissinho
ESCRITÓRIO
CGJ-RJ: 94/19264


Jeisson Antônio Moissinho
ESCRITÓRIO
CGJ-RJ: 94/19264

Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Comarca da Capital do Rio de Janeiro
Rua México, 148, 3º andar, Centro

CERTIFICO A AVERBAÇÃO NA MATRÍCULA, PROTOCOLO E DATA ABAIXO
Matr. 254433
202107291638001 02/08/2021
Emol: 470,28 Tributo: 159,89 Reemb.: 9,1

Selo: EDTD 62013 ALZ
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>
Verifique autenticidade em rcpj.com.br ou pelo QRCode ao lado


Edilene R. de Moraes
OAB-RJ



5

63

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em sexta-feira, 13 de agosto de 2021 11:42:21 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio a Escola Técnica

LICITAÇÃO POR PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021-R1

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

Av. Pastor Martin Luther King Junior, 126 - Torre 1000 sala 1318

Del Castilho - Cep. 20765-000 - Rio de Janeiro


Contato: 21 3923-5276 / 21 98502-1341 e-mail: desa.servicos@gmail.com

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 07.028.841/0001-56 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 11/10/2004	
NOME EMPRESARIAL DE SA CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) DE SA CONSTRUÇOES E SERVICOS			PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 71.12-0-00 - Serviços de engenharia (Dispensada *)			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 41.20-4-00 - Construção de edifícios 42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias 42.11-1-02 - Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 43.11-8-01 - Demolição de edifícios e outras estruturas 43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos 43.99-1-02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias 43.99-1-03 - Obras de alvenaria 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional 56.20-1-03 - Cantinas - serviços de alimentação privativos 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica (Dispensada *) 71.11-1-00 - Serviços de arquitetura (Dispensada *) 71.19-7-04 - Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho 77.31-4-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador 77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes 77.33-1-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios (Dispensada *) 81.11-7-00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo (Dispensada *)			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 224-0 - Sociedade Simples Limitada			
LOGRADOURO AV PASTOR MARTIN LUTHER KING JR.		NUMERO 00126	COMPLEMENTO BLC 9 SAL 1318 TOR 1
CEP 20.765-000	BAIRRO/DISTRITO DEL CASTILHO	MUNICIPIO RIO DE JANEIRO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO DESA.SERVICOS@GMAIL.COM		TELEFONE (21) 3823-5276	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 10/07/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL 			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 09/12/2021 às 14:47:17 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
 Secretaria Municipal de Fazenda
 Subsecretaria de Tributação e Fiscalização
 Coordenadoria do ISS e Taxas

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	DATA DA INSCRIÇÃO
0.561.022-2	07/12/2012

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

NOME OU NOME EMPRESARIAL	DE SA CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA
NOME FANTASIA	DE SA CONSTRUCOES E SERVICOS
CPF OU CNPJ	07.028.841/0001-56
ATIVIDADES ECONÔMICAS	260088 - DEMOLICOES 217018 - ALUGUEL DE MAQUINAS E APARELHOS PARA AGRICULTURA 217034 - ALUGUEL DE MAQUINAS PARA ESCRITORIO 217069 - ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO 226505 - PAISAGISMO 226572 - PROJETOS E ESTUDOS DE ARQUITETURA 228718 - SEGURANCA DO TRABALHO 227072 - ASSESSORIA ADMINISTRATIVA 227315 - CONSULTORIA PARA EMPRESAS 245070 - REPARACAO DE APARELHOS DE SINALIZACAO 252093 - PINTURA 255033 - CONSERVACAO E LIMPEZA DE IMOVEIS 260029 - REFORMA E RECONSTRUCAO DE CASAS E PREDIOS 260037 - ALVENARIA 260053 - CONFECCOES E ESCORAMENTO DE FORMAS E ARM DE CONCRETO 261246 - PAVIMENTACAO DE RODOVIAS 261289 - ENGENHARIA, SERVICOS DE 444200 - TRANSPORTE ROD INTERMUN/INTEREST CARGA SEM VIG SANIT 910430 - REFEITORIO USO PROPRIO FIRMA COM FORNEC DE ALIMENTOS
RESTRIÇÕES	VEDADOS INCOMODOS E PREJUÍZOS A VIZINHANÇA VEDADA A PRESTACAO DE SERVICOS NO LOCAL VEDADO O EXERCICIO DA ATIVIDADE NO LOCAL VEDADA A CIRCULACAO DE MERCADORIAS NO LOCAL SIMPLES ESCRITORIO
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO ISS	3
GERÊNCIA REGIONAL DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO	6
ENDEREÇO COMPLETO	AVN PASTOR MARTIN LUTHER KING JR., 126, BLC 9 SAL 1318 TOR 1 DEL CASTILHO 20765-959
SITUAÇÃO CADASTRAL	ATIVO
DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL	05/02/2020

Aprovado pela Resolução SMF Nº 2829 de 09 de dezembro de 2014.

Emitido no dia 09/12/2021 às 14:51.

64



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Secretaria Municipal de Fazenda



ALVARÁ DE LICENÇA PARA ESTABELECIMENTO

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	CNPJ / CPF	PROCESSO DE CONCESSÃO	ÚLTIMO PROCESSO DE DEFERIMENTO	IRLF/GRLF
0591022-2	07.028.841/0001-56	04/615.876/2012	04/610.636/2020	GRLF6 - Meter

CONCEDIDO A

DE SA CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA
DE SA CONSTRUÇOES E SERVICOS

PARA SE ESTABELECEER NO

Avenida Pastor Martin Luther King Jr., 00126, BLC 9 SAL 1318 TOR 1, Del Castilho

COM AS SEGUINTE ATIVIDADES DO CÓDIGO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS (CAE)

9.10.43.0 - REFEITÓRIO USO PRÓPRIO FIRMA COM FORNEC DE ALIMENTOS
2.60.08.8 - DEMOLIÇÕES
2.81.28.9 - ENGENHARIA, SERVIÇOS DE
2.81.24.6 - PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS
2.26.50.5 - PAISAGISMO
2.26.57.2 - PROJETOS E ESTUDOS DE ARQUITETURA
2.17.06.9 - ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO
2.17.01.6 - ALUGUEL DE MÁQUINAS E APARELHOS PARA AGRICULTURA
2.17.03.4 - ALUGUEL DE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO
2.45.07.0 - REPARAÇÃO DE APARELHOS DE SINALIZAÇÃO
2.52.09.3, 2.27.31.5, 2.26.71.8, 2.60.03.7, 2.27.07.2, 2.60.05.3, 2.60.02.9, 2.55.03.3, 4.44.20.0

COM AS SEGUINTE RESTRIÇÕES

VEDADOS INCOMODOS E PREJUÍZOS A VIZINHANÇA
VEDADA A PRESTACAO DE SERVICOS NO LOCAL
SIMPLES ESCRITORIO
VEDADO O EXERCICIO DA ATIVIDADE NO LOCAL
VEDADA A CIRCULACAO DE MERCADORIAS NO LOCAL

OBSERVAÇÕES

A concessão deste Alvará não importa, entre outros, no reconhecimento da regularidade do estabelecimento quanto a quaisquer normas aplicáveis ao seu funcionamento, especialmente as de proteção da saúde, condições de edificação, instalação de máquinas e equipamentos, prevenção contra incêndios e exercício de profissões.

Códigos CNAE's: 5620-1/03, 4311-8/01, 7112-0/00, 4211-1/01, 4213-8/00, 7111-1/00, 7732-2/01, 7731-4/00, 7733-1/00, 4329-1/04, 4211-1/02, 7020-4/00, 7119-7/04, 4399-1/03, 8211-3/00, 4399-1/02, 4120-4/00, 8121-4/00, 4930-2/02

Rio de Janeiro, 03 de Fevereiro de 2020

Deferido automaticamente conforme decreto 41827/2016

65



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: DE SA CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA
CNPJ: 07.028.841/0001-56

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 07:29:05 do dia 24/08/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 20/02/2022.

Código de controle da certidão: **F379.F90D.B6EF.247D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO RIO DE JANEIRO

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL N° 2021.1.2063531-7
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
CPF / CNPJ : 07.028.841/0001-56	CAD-ICMS : Não inscrito
NOME / RAZÃO SOCIAL : *****	
<p>CERTIFICA-SE para fins de direito e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda que, até a presente data, NÃO CONSTAM DÉBITOS perante a Fazenda Estadual para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.</p> <p>EMITIDA EM: 23/11/2021 10:07</p> <p>VÁLIDA ATÉ : 21/02/2022</p> <p>Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ n° 109 de 04/08/2017</p>	
OBSERVAÇÕES	
<p>1. Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE n° 33/2004.</p> <p>2. A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na internet, no endereço: www.fazenda.rj.gov.br.</p> <p>3. Esta certidão não se destina a atestar débitos do imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITD).</p> <p>4. Qualquer rasura ou emenda invalida este documento.</p>	



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS EM DÍVIDA ATIVA

Certifico, tendo em vista as informações fornecidas pelo Sistema da Dívida Ativa, referente ao pedido **95164/2021**, que no período de **1977 até 09/07/2021 NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO** em Dívida Ativa para o contribuinte abaixo:

RAZÃO SOCIAL: De Sá Construções e Serviços Ltda

CNPJ: 07.028.841/0001-56 INSCRIÇÃO ESTADUAL: ISENTO

A certidão negativa de Dívida Ativa e a certidão negativa de ICMS ou a certidão para não contribuinte do ICMS somente terão validade quando apresentadas em conjunto.

A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na INTERNET, no endereço <http://www.dividaativa.rj.gov.br>.

CÓDIGO CERTIDÃO: HJQA.5210.7161.0230

Esta certidão tem validade até **08/01/2022**, considerando 180 (cento e oitenta) dias após a data da pesquisa cadastral realizada em **12/07/2021 às 00:52:34.1**, conforme artigo 11 da Resolução N. 2690 de 05/10/2009.

Em caso de dúvida, recorra a PROCURADORIA:

Procurador - Regional de NOVA IGUACU

Rua Comendador Soares, 194 2º Andar, Centro

Emitida em 12/07/2021 às 12:23:00.7



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
COORDENADORIA DO ISS E TAXAS

Nº Autenticação: **6611658262**

Órgão: FP/SUBEX/REC-RIO/CIS-4

Controle: 65830/2021

NOME / RAZÃO SOCIAL / ENDEREÇO

DE SA CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA

AVN PASTOR MARTIN LUTHER KING JR. 126

BLC 9 SAL 1318 TOR 1

DEL CASTILHO RIO DE JANEIRO RJ 20765-000

CNPJ/CPF

07.028.841/0001-56

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

0.561.022-2

CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA- Modelo 2

CERTIFICO que, em relação ao contribuinte acima qualificado, consta(m) a(s) seguinte(s) ocorrência(s):

Processo

43911602021 PARCELAMENTO EM ANDAMENTO EM DIA NA SMF

Processo

Nota de Débito

Nota de Débito

Fica, ainda, assegurado ao Município o direito de cobrança de qualquer débito que vier a ser verificado posteriormente, inclusive no que diz respeito às penalidades cabíveis previstas na legislação em vigor. A presente Certidão, válida para todas as inscrições sediadas no Município do Rio de Janeiro, vinculadas aos oito primeiros dígitos do CNPJ ou ao CPF acima, serve como prova perante qualquer órgão público ou privado.

"Esta Certidão produz os mesmos efeitos da certidão negativa nos termos do disposto 206 do Código Tributário Nacional."

VALIDADE: 180 (cento e oitenta) dias da data da sua expedição.

Certidão expedida com base na Resolução SMF nº 1897, de 23/12/2003 e alterações posteriores.

Rio de Janeiro, 24 de AGOSTO de 2021.

HO

Carimbo e Assinatura do Fiscal de Rendas

OBSERVAÇÕES

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento na internet no endereço <http://www.rio.rj.gov.br/smf>

O presente documento não certifica inexistência de débitos do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza declarados pelo contribuinte no âmbito do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional. Caso o contribuinte seja ou tenha sido optante pelo Simples Nacional no últimos 5 (cinco) anos, a presente certidão deverá ser complementada por certidão de Situação Fiscal fornecida pela Receita Federal do Brasil.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Procuradoria Geral do Município

Procuradoria da Dívida Ativa

Código de Controle

BSC9BC4MM9

Página 1 de 1

CERTIDÃO NEGATIVA

Ressalvado o direito de o Município do Rio de Janeiro cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo identificado neste documento que vierem a ser apuradas, A PROCURADORIA DA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, após analisar o cadastro dos créditos sob sua administração, relativamente a **DE SA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, inscrito(a) no cadastro nacional de pessoas jurídicas - CNPJ sob o nº 07.028.841/0001-56, com endereço no(a) AV PST MARTIN LUTHER KING JR, nº 126 - TORRE 1000 SALA 1318 OFFICE - RJ Cep: 20720-350, certifica que

NÃO FORAM APURADAS INSCRIÇÕES EM DÍVIDA ATIVA

Observações Complementares

Esta certidão compõe-se de 1 folha(s) e é válida por 120 dias, a contar desta data.

Observações

Rio de Janeiro, RJ, 22/09/2021

1. Esta certidão refere-se exclusivamente à situação fiscal do(s) contribuinte(s) acima indicado(s) perante a dívida ativa do Município do Rio de Janeiro.
2. A situação fiscal do(s) contribuinte(s) quanto a créditos não inscritos em dívida ativa deve ser certificada pelos órgãos responsáveis pelas respectivas apurações.
3. Esta certidão poderá ser renovada a partir de 07/01/2022. A certidão de situação fiscal é expedida no prazo de 10 dias, contados da data de seu requerimento perante a Procuradoria da Dívida Ativa. Não são aceitos pedidos de urgência.
4. O requerimento de certidão de situação fiscal perante a Procuradoria da Dívida Ativa pode ser feito pela própria pessoa física ou jurídica interessada, gratuitamente e sem a necessidade de nomeação de procurador.
5. Regularize sua situação fiscal imediatamente: efetue o pagamento ou parcelamento das dívidas apontadas nesta certidão, apresente os comprovantes de pagamento ou de início de parcelamento (originais, inclusive honorários, quando devidos) e obtenha em dois dias úteis sua certidão de situação fiscal regular.
6. O destinatário poderá confirmar a autenticidade desta certidão, informando o número do Código de Controle impresso acima no endereço daminternet.rio.rj.gov.br

Ivo Marinho de Barros Junior
Procurador-Coordenador
Procuradoria da Dívida Ativa
Mat. 11/297.772-6

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.028.841/0001-56

Razão Social: DE SA CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA

Endereço: AV PASTOR MARTIN LUTHER KING JR 126 B9 S1318 T1 / DEL CASTILHO /
RIO DE JANEIRO / RJ / 20765-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/11/2021 a 21/12/2021

Certificação Número: 2021112200324407584003

Informação obtida em 29/11/2021 14:47:51

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

75



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: DE SA CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 07.028.841/0001-56
Certidão nº: 21586840/2021
Expedição: 09/07/2021, às 12:07:37
Validade: 04/01/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **DE SA CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **07.028.841/0001-56**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio a Escola Técnica

LICITAÇÃO POR PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021-R1

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

Av. Pastor Martin Luther King Junior, 126 - Torre 1000 sala 1318

Del Castilho - Cep. 20765-000 - Rio de Janeiro

Contato: 21 3923-5276 / 21 98502-1341 e-mail: desa.servicos@gmail.com


DE SÁ CONSTRUÇÕES SERVIÇOS LTDA

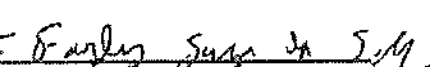
CNPJ Nº 07.028.841/0001-56 – RCPJ Nº 254.433

ATA DE REUNIÃO DOS SÓCIOS

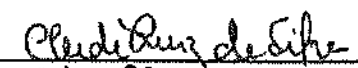
Aos vinte e nove do mês de Março de 2021 as 11h00min, na sede da sociedade localizada à Rua da Quitanda nº 49 – sala 206, Centro – Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.011-030, com a presença dos 2 (dois) sócios componentes da sociedade, representando 100% (cem por cento) do Capital Social e de duas testemunhas de abaixo assinam e se identificam, foi composta a mesa pelo Sr. FARLY SOUZA DA SILVA como presidente, e PEDRELINA DA SILVA PROCÓPIO, como secretária. Também participaram da reunião FARLY SOUZA DA SILVA e CONCEIÇÃO DE MARIA FERREIRA BONAVITA ambos sócios. O Sr. FARLY SOUZA DA SILVA, Presidente abriu a reunião destacando que a convocação foi feita de forma verbal, a qual foi prontamente atendido, sendo dispensado o termo de publicações, e em seguida apresentou a ordem do dia: 1 – Tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o Balanço Patrimonial referente ao ano 2020, com o Ativo e Passivo representados pelas importâncias de R\$ 4.011.045,14 (Quatro milhões onze mil quarenta e cinco reais e quatorze centavos); 2 – Deliberação do Resultado Econômico onde verificou-se que houve lucro líquido de 685.873,28 (Seiscentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e setenta e três reais e vinte e oito centavos). Após a leitura dos documentos mencionados na ordem do dia, que foram colocados a disposição de todos os sócios, trinta dias antes da referida deliberação, conforme recibos postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade, sem reservas e restrições. Terminados os trabalhos, e inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente Ata que, após lida foi aprovada e assinada por todos os sócios em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal.

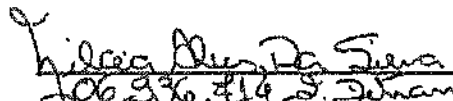
Rio de Janeiro, 29 de Março de 2021.


CONCEIÇÃO DE MARIA FERREIRA BONAVITA
CPF: 014.796.077-03


FARLY SOUZA DA SILVA
CPF: 105.301.137-75

Testemunhas:


171787-6AB-RJ


06.336.414-2. J. J. J. J.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Registro Civil de Pessoas Jurídicas

Comércio da Capital do Rio de Janeiro
Rua México, 148, 3º andar, Centro

CERTIFICO A AVERBAÇÃO NA MATRÍCULA, PROTOCOLO E DATA ABAIXO

Matr. 284433

20210810164445 14/06/2021

Empl: 45 79 Tributo: 16,89

Selo: EDTD 54769 MDK

Consulte em <https://www3.rj.gov.br/sitepublico>

Verifique autenticidade em rcprj.com.br ou pelo ORCode ao lado

Redado R. de Moraes
Diretor



FOLHA: 000001

BALANÇO PATRIMONIAL
31/12/2020

TERMO DE ABERTURA

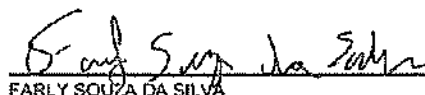
Contém este livro 000011 (onze) folha(s), numeradas eletronicamente de 000001 a 00011, do período 01/01/2020 a 31/12/2020, e servirá para os lançamentos do BALANÇO PATRIMONIAL das operações próprias do estabelecimento do contribuinte identificado:

Nome **DE SA CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA**
Endereço **AVENIDA PASTOR MARTIN LUTHER KING JR., 126 - BLC 9 SAL 13181**
Bairro **DEL CASTILHO**
CEP **20765-000**
Município **RIO DE JANEIRO - RJ**
Insc. Municipal
Insc. Estadual
CNPJ **07.028.841/0001-56**

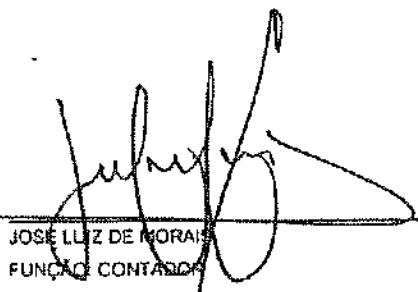
REGISTRO EM CARTÓRIO
254433 02/10/2012

BALANÇO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2020

RIO DE JANEIRO, 01 de Janeiro de 2020



FARLY SOUZA DA SILVA
FUNÇÃO: ADMINISTRADOR
CPF: 105 301 137-75


JOSE LUIZ DE MORAES
FUNÇÃO: CONTADOR
CPF: 898 997 347-87
CRC: 070330/O-3 RJ

DESA CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA(01008)

CONVP CONTABILIDADE VILA DA PENHA EIRELI

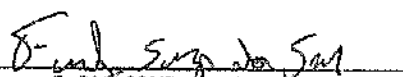
Balanco Patrimonial Encerrado em 31/12/2020

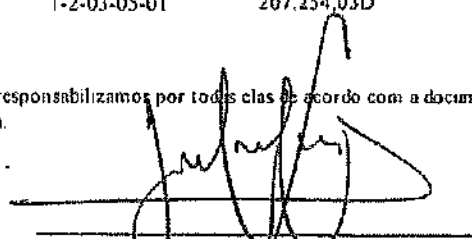
Diário: 9

Folha: 2

Descrição	Classificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo		**4.011.045,14D	**1.414.985,63D
Circulante		**2.959.437,08D	***991.389,63D
Disponível		**1.185.802,12D	***991.389,63D
Numerários em caixa		****461.321,12D	****766.909,63D
Caixa (1111)	1-1-01-01-01	461.321,12D	766.909,63D
Banco conta movimento		****724.481,00D	****224.480,00D
Bradesco (11123)	1-1-01-02-03	1,00D	0,00D
Santander S/A (21030104)	1-1-01-02-19	724.480,00D	224.480,00D
Titulos a Receber		**1.773.634,96D	*****0,00D
Titulos a Receber		**1.773.634,96D	*****0,00D
Duplicatas a Receber (185)	1-1-06-01-01	1.773.634,96D	0,00D
Ativo Não Circulante		**1.051.608,06D	****423.596,00D
Imobilizado		**1.051.608,06D	****423.596,00D
Instalações		****331.715,00D	****121.481,00D
Ferramentas (12030203)	1-2-03-02-03	331.715,00D	121.481,00D
Máquinas e equipamentos		****512.639,03D	****247.115,00D
Máquinas e equipamentos (470)	1-2-03-03-01	247.115,00D	247.115,00D
Equipamentos (473)	1-2-03-03-04	265.524,03D	0,00D
Móveis e utensílios		****207.254,03D	****55.000,00D
Móveis e Utensílios (490)	1-2-03-05-01	207.254,03D	55.000,00D

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas de acordo com a documentação que nos foi apresentada.


FÁTIMA SOUZA DA SILVA
Sócio - Administrador
CPF 105.301.137-75


José Luis de Moraes
Contador
CPF 896.997.347-87 CRC 070330/O-3

DESA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA(01008)

CONVIV CONTABILIDADE VILA DA PENHA EIRELI


Balanco Patrimonial Encerrado em 31/12/2020

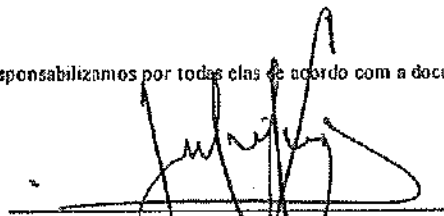
Diário: 9

Folha: 3

Descrição	Classificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Passivo		**4.011.045,14C	**1.414.985,63C
Circulante		****979.543,10C	****169.356,87C
Obrigações Tributárias		****167.506,30C	****156.064,44C
Tributos a Recolher		*****22.091,95C	****156.064,44C
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (21121)	2-1-05-01-01	1.763,28C	78.989,97C
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSSL (21133)	2-1-05-01-02	0,00C	20.914,30C
INSS a Pagar (21154)	2-1-05-01-05	20.328,67C	50.865,31C
Pis a recolher (21135)	2-1-05-01-07	0,00C	5.294,86C
Parcelamento de Tributos e Contribuições		****145.414,35C	*****0,00C
Parcelamento de Tributos e Contribuições (890)	2-1-05-03-01	145.414,35C	0,00C
Obrigações com Pessoal		*****12.036,80C	*****13.292,43C
Encargos Sociais e Tributos Retidos		*****12.036,80C	*****13.292,43C
Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários (21122)	2-1-06-04-01	0,00C	1.763,28C
FGTS a recolher (21152)	2-1-06-04-03	12.036,80C	11.529,15C
Contas a pagar		****800.000,00C	*****0,00C
Receita de Exercícios Futuros		****800.000,00C	*****0,00C
Receitas Antecipadas (1098)	2-1-09-02-01	800.000,00C	0,00C
Passivo Não Circulante		****637.700,00C	****637.700,00C
Empréstimo e Financiamentos a Pagar		****637.700,00C	****637.700,00C
Financiamentos		****637.700,00C	****637.700,00C
Financiamentos para Aquisição de Ativos (1182)	2-2-01-05-01	637.700,00C	637.700,00C
Patrimônio Líquido		**2.393.802,04C	****607.928,76C
Capital Social		**1.500.000,00C	****400.000,00C
Capital Social		**1.500.000,00C	****400.000,00C
Capital Social Integralizado (1177)	2-3-01-01-01	1.500.000,00C	400.000,00C
Lucros ou Prejuízos Acumulados		****893.802,04C	****207.928,76C
Lucros ou Prejuízos Acumulados		****893.802,04C	****207.928,76C
Lucros Acumulados (1335)	2-3-03-01-01	893.802,04C	207.928,76C

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas de acordo com a documentação que nos foi apresentada.


DARLY SOUZA DA SILVA
Sócio - Administrador
CPF: 105.301.137-75


José Luis de Moraes
Contador
CPF: 896.997.347-87 CRC: 070330/O-3

DESA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA(01008)

CONVIV CONTABILIDADE VILA DA PENHA EIRELI

Balanço de Resultado Econômico de 01/01/2020 até 31/12/2020

Diário: 9 Folha: 4

Descrição	Classificação	Exercício Atual
Receita		
Receita Bruta Vendas e Serviços		
Receita Bruta de Vendas		
Receita de Vendas		
Receita de Serviços Prestados	3-1-01-01-03	5.378.759,60C
=Receita de Vendas		**5.378.759,60C
=Receita Bruta de Vendas		**5.378.759,60C
=Total - Receita Bruta Vendas e Serviços		**5.378.759,60C
=Total - Receita		**5.378.759,60C
Custos/Despesas		
Custos diretos		
Custos diretos da Revenda/Produção		
Custos diretos c/Revenda de lotes		
Manutenção de Máq.e Equipamentos	4-1-01-02-06	87.524,03D
=Custos diretos c/Revenda de lotes		*****87.524,03D
=Custos diretos da Revenda/Produção		*****87.524,03D
Custos da prestação de serviços		
Insumos p/prestação de Serviços		
Combustível	4-1-02-01-14	40.000,00D
=Insumos p/prestação de Serviços		*****40.000,00D
=Custos da prestação de serviços		*****40.000,00D
Mão de obra direta		
Custo Direto com Empregados		
Salários e ordenados	4-1-03-01-01	1.805.521,00D
13o Salário	4-1-03-01-02	72.707,37D
Indenização Rescisão de Contrato	4-1-03-01-08	974.666,25D
Vale Transporte	4-1-03-01-11	362.000,00D
Auxílio Alimentação	4-1-03-01-22	590.000,00D
=Custo Direto com Empregados		**3.804.894,62D
Custo Indireto com Pessoal		
Previdência Social s/folha	4-1-03-02-01	253.906,77D
=Custo Indireto com Pessoal		****253.906,77D
=Mão de obra direta		**4.058.801,39D
Outros custos diretos		
Custos Para Geração		
Luz e força	4-1-04-01-01	7.400,00D

DESA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA(01008)

CONVIV CONTABILIDADE VILA DA PENHA EIRELI

Balanco de Resultado Econômico de 01/01/2020 até 31/12/2020

Diário: 9 Folha: 5

Descrição	Classificação	Exercício Atual
-Custos Para Geração		*****7.400,00D
-Outros custos diretos		*****7.400,00D
-Total - Custos diretos		***4.193.725,42D
Despesas		
Despesas com Pessoal		
Despesas com Encargos Sociais		
FGTS	4-3-01-04-02	156.478,48D
-Despesas com Encargos Sociais		****156.478,48D
-Despesas com Pessoal		****156.478,48D
Despesas com Serviços de Terceiros		
Remuneração por Serviços de Terceiros		
Honorários Advocatícios	4-3-02-01-05	40.000,00D
-Remuneração por Serviços de Terceiros		****40.000,00D
-Despesas com Serviços de Terceiros		****40.000,00D
Despesas com Localização e Funcionamento		
Despesas com Localização e Manutenção		
Aluguel de Imóvel	4-3-03-01-01	27.000,00D
Material de Consumo e Limpeza	4-3-03-01-08	43.000,00D
Limpeza e Inumização Predial	4-3-03-01-10	14.541,00D
-Despesas com Localização e Manutenção		****84.541,00D
Despesas com Expediente		
Material de Expediente	4-3-03-02-01	3.654,21D
-Despesas com Expediente		*****3.654,21D
Desp.c/Utiliz.e Locação de Equip.e Veiculos		
Locação de Veiculos	4-3-03-03-01	37.800,00D
Locação de Equipamentos	4-3-03-03-06	3.000,00D
Locação de estacionamento	4-3-03-03-09	17.021,00D
-Despe/Utiliz.e Locação de Equipe Veiculos		*****57.821,00D
Despesas com Comunicação		
Telefone/Internet	4-3-03-04-02	6.102,00D
-Despesas com Comunicação		*****6.102,00D
Despesas com Deslocamento		
Despesas c/pedágio	4-3-03-05-04	2.685,21D
-Despesas com Deslocamento		*****2.685,21D

DESA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA(01008)
Balanco de Resultado Econômico de 01/01/2020 até 31/12/2020

CONVIV CONTABILIDADE VILA DA PENHA BIRELI
Diário 9 Folha: 6

Descrição	Classificação	Exercicio Atual
=Despesas com Localização e Funcionamento		****154.803,42D
Despesas Administrativas Diversas		
Outras Despesas		
parcelamentos	4-3-05-04-12	147.879,00D
=Outras Despesas		****147.879,00D
=Despesas Administrativas Diversas		****147.879,00D
=Total - Despesas		****499.160,90D
=Total - Custos/Despesas		**4.692.886,32D

RESULTADO DO EXERCICIO

RECEITAS-----> 5.378.759,60C
DESPESAS+ CUSTO-----> 4.692.886,32D
LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO: *****685.873,28

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DE SA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

Endereço: AV PASTOR MARTIN LUTHER KING JR, BLC 95 AL 13181, DEL CASTILHO, Rio de Janeiro, RJ

CONVIP CONTABILIDADE VILA DA PENHA EIRELI

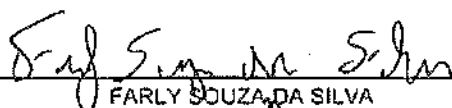
Diário: 9

Folha:

7

IMPORTA A PRESENTE DEMONSTRAÇÃO DE
RESULTADO COM LUCRO DE 685.873,28 (SEISCENTOS E
OITENTA E CINCO MIL, OITOCENTOS E SETENTA E TRÊS
Reais E VINTE E OITO CENTAVOS) DE ACORDO COM A
DOCUMENTAÇÃO QUE NOS FOI APRESENTADA.

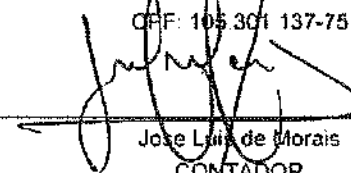
RIO DE JANEIRO, 31 DE DEZEMBRO DE 2020



FARLY SOUZA DA SILVA

Sócio - Administrador

CPF: 105.301.137-75



Jose Luis de Moraes

CONTADOR

CPF: 896.997.347-87 CRC: 070330/O-3

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

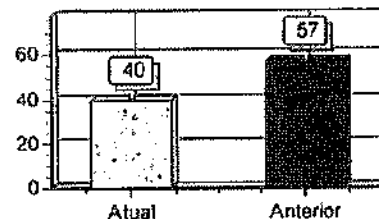
DE SA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
Análise Econômica e Financeira de 01/01/2020 até 31/12/2020

CONVIP CONTABILIDADE VILA DA PENHA EIRELI
Diário: 9 Folha: 8

ENDIVIDAMENTO TOTAL

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE (OBRIGAÇÕES A LP)	1.617.243,10	
ATIVO	4.011.045,14	= 0,40

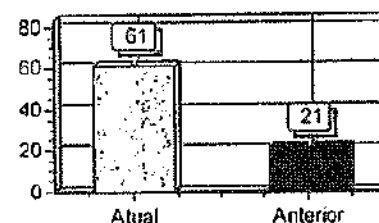
QUANTO MENOR, MELHOR. O CAPITAL DE TERCEIROS REPRESENTA 40% DO ATIVO TOTAL.



COMPOSIÇÃO DE ENDIVIDAMENTO

PASSIVO CIRCULANTE	979.543,10	
PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE (OBRIGAÇÕES A LP)	1.617.243,10	= 0,61

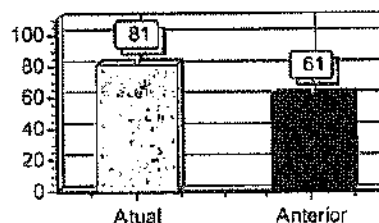
QUANTO MENOR, MELHOR. AS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO REPRESENTAM 61% DAS OBRIGAÇÕES TOTAIS.



CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.393.802,04	
ATIVO CIRCULANTE	2.959.437,08	= 0,81

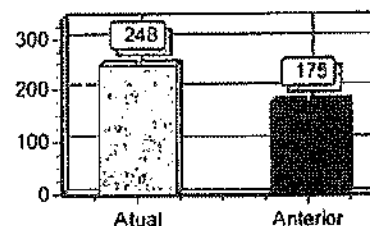
QUANTO MAIOR, MELHOR. O CAPITAL PRÓPRIO REPRESENTA 81% DO ATIVO CIRCULANTE.



SOLVÊNCIA GERAL

ATIVO	4.011.045,14	
PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE (OBRIGAÇÕES A LP)	1.617.243,10	= 2,48

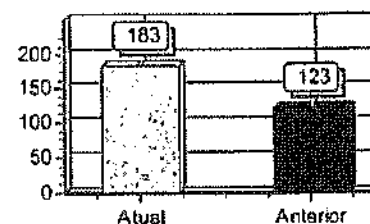
QUANTO MAIOR, MELHOR. O INVESTIMENTO TOTAL EQUIVALE A 248% DO CAPITAL DE TERCEIROS.



LIQUIDEZ GERAL

ATIVO CIRCULANTE + ATIVO REALIZÁVEL A LP	2.959.437,08	
PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO-CIRCULANTE (OBRIGAÇÕES A LP)	1.617.243,10	= 1,83

QUANTO MAIOR, MELHOR. A EMPRESA POSSUI R\$1,83 DE ATIVO CIRCULANTE E ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO PARA CADA R\$1,00 DE DÍVIDA TOTAL.



DE SA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
Análise Econômica e Financeira de 01/01/2020 até 31/12/2020

CONVIP CONTABILIDADE VILA DA PENHA BIRELI
Diário: 9 Folha: 9

LIQUIDEZ CORRENTE

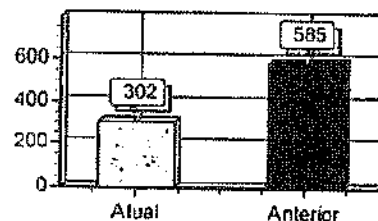
ATIVO CIRCULANTE

2.959.437,08

PASSIVO CIRCULANTE

979.543,10 = 3,02


QUANTO MAIOR, MELHOR. A EMPRESA POSSUI R\$3,02 DE ATIVO CIRCULANTE
PARA CADA R\$1,00 DE DÍVIDA DE CURTO PRAZO

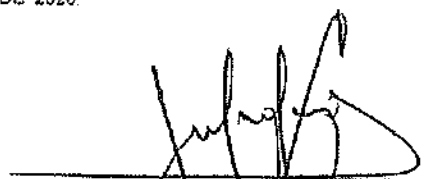


DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES AQUI
CONTIDAS, SÃO VERDADEIRAS E ME RESPONSABILIZO POR
TODAS ELAS

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES AQUI
CONTIDAS, REFLETEM A DOCUMENTAÇÃO QUE ME FOI
ENTREGUE, SÃO VERDADEIRAS E ME RESPONSABILIZO POR

RIO DE JANEIRO, 31 DE DEZEMBRO DE 2020.


FÁTIMA SOUZA DA SILVA
Sócio - Administrador
CPF: 105.301.137-75


José Luis do Monte
Contador
CPF: 896.997.347-87

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

AAA 021063109

0010

NOTAS EXPLICATIVAS

DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODO DE 01/01/2020 a 31/12/2020

CAPITAL INTEGRALIZADO: 1.500.000,00
LUCROS ACUMULADOS: 893.802,04
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2.393.802,04
FLUXO DO CAIXA 461.321,12

- 1 - ESSAS DEMONSTRAÇÕES FORAM EXPRESSAS SEGUNDO AS MOVIMENTAÇÕES RELATIVAS AO ANO DE 2020
- 2 - O RESULTADO SE REFERE AO SALDO DO BALANÇO RELATIVO AO ANO DE 2020

ÍNDICES DE LIQUIDEZ

ENDIVIDAMENTO TOTAL

Passivo Circulante + Passivo não Circulante (Obrigações a LP)	1.617.243,10	=	0,40
Ativo	4.011.045,14		

COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

Passivo Circulante	979.543,10	=	0,61
Passivo Circulante + Passivo não circulante (OBRIGAÇÕES A LP)	1.617.243,10		

CAPITAL PRÓPRIO

Patrimônio Líquido	2.393.802,04	=	0,81
Ativo circulante	2.959.437,08		

SOLVÊNCIA GERAL

Ativo	4.011.045,14	=	2,48
Ativo Circulante + Passivo Circulante (obrigações LP)	1.617.243,10		

LIQUIDEZ GERAL

Ativo Circulante + Ativo Realizável	2.959.437,08	=	1,83
Passivo Circulante + Passivo não circulante (Obrigações a LP)	1.617.243,10		

LIQUIDEZ CORRENTE

Ativo Circulante	2.959.437,08	=	3,02
Passivo Circulante	979.543,10		

Rio de Janeiro 31 de Dezembro de 2020

FARLY SOUZA DA SILVA
FUNÇÃO: ADMINISTRADOR
CPF. 105.301.137-75

JOSE LUIZ DE MORAIS
FUNÇÃO: CONTADOR
CPF. 896.987.347-87
CT/CRC 070330/O-3 RJ

FOLHA: 00011

BALANÇO PATRIMONIAL
31/12/2020

TERMO DE ENCERRAMENTO

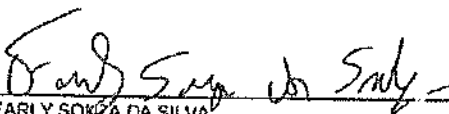
Contém este livro 000011 (onze) folha(s), numeradas eletronicamente de 000001 a 00011, do período 01/01/2020 a 31/12/2020, e serviu para os lançamentos do BALANÇO PATRIMONIAL das operações próprias do estabelecimento do contribuinte identificado:

Nome **DE SA CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA**
Endereço **AVENIDA PASTOR MARTIN LUTHER KING JR., 126 - BLC 9 SAL 13181**
Bairro **DEL CASTILHO**
CEP **20765-000**
Município **RIO DE JANEIRO - RJ**
Insc. Municipal
Insc. Estadual
CNPJ **07.028.841/0001-56**

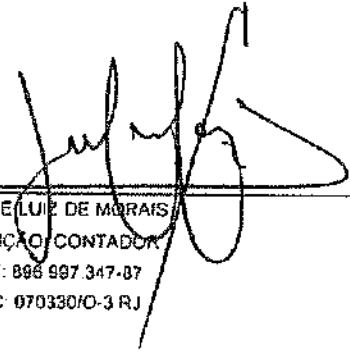
REGISTRO EM CARTÓRIO
254433 02/10/2012

BALANÇO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2020

RIO DE JANEIRO, 31 de Dezembro de 2020


FARLY SOUZA DA SILVA

FUNÇÃO: ADMINISTRADOR
CPF: 105.301.137-75


JOSE LUIZ DE MORAES
FUNÇÃO: CONTADOR
CPF: 896.997.347-87
CRC: 070330/O-3 RJ

Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Comarca da Capital do Rio de Janeiro
Rua México, 148, 3º andar, Centro
CERTIFICO A AVERBAÇÃO NA MATRÍCULA, PROTOCOLO E DATA ABAIXO
Matr: 254433
202108101644446 14/08/2021
Emol: 48,78 Tributo: 16,96
Selo: EDTD 54771 MCQ
Consulte em <https://www3.rj.gov.br/estado-publico>
Verifique autenticidade em [rcpj/rj](https://www3.rj.gov.br/estado-publico) com br ou pelo QRCode ao lado





Poder Judiciário
Estado do Rio de Janeiro

CERTIDÃO

Nº 2021.995.20515

Em atendimento ao requerido junto a esta Corregedoria-Geral da Justiça/RJ por **DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS**, CNPJ/CPF nº 07.028.841/0001-56, **CERTIFICO**, para fins de prova em Licitação Pública que, de acordo com o artigo nono c/c os artigos cento e vinte e quatro e cento e vinte e cinco da Resolução número cinco, de vinte e quatro de março de mil novecentos e setenta e sete, (Livro III, do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro), os **Ofícios do Registro de Distribuição na Comarca da CAPITAL do Estado do Rio de Janeiro**, são em número de nove, competindo: **I - aos dos 1º e 2º Ofícios**: o registro dos feitos da competência das Varas de Órfãos e Sucessões, das Varas Criminais e os contenciosos e administrativos das demais varas, salvo as da Fazenda Pública, que lhes forem distribuídos; **II - as dos 3º e 4º Ofícios**: o registro das habilitações para casamento, dos feitos de competência das Varas Criminais e os contenciosos e administrativos das demais varas, salvo os da Fazenda Pública, que lhes forem distribuídos; **III - aos dos 5º e 6º Ofícios**: a anotação das escrituras, procurações públicas em geral, substabelecimentos e respectivas revogações, distribuídas aos cartórios de notas e de circunscrições de numeração impar e par, respectivamente, e, em livro próprio, dos testamentos públicos e cerrados, bem como dos títulos judiciais e contratos particulares translativos de direitos reais sobre imóveis e das procurações em causa própria relativas a estes direitos; **IV - ao do 7º Ofício**: a distribuição, alternadamente, pelos respectivos ofícios, dos títulos destinados a protesto; **V - ao do 8º Ofício**: a distribuição, pelos respectivos ofícios, dos títulos e documentos destinados a registro; **VI - ao do 9º Ofício**: o registro dos feitos da competência das varas da Fazenda Pública do Estado (artigo 124), que lhes forem distribuídos. **CERTIFICO** ainda, que, os **Cartórios de Registro de Protesto de Títulos** são em número de quatro, numerados: 1º, 2º, 3º e 4º, e a eles compete, pelo artigo quarenta e oito do Código supramencionado, lavrar, em tempo e forma regulares, os instrumentos de proteção de letras, notas promissórias, duplicatas e outros títulos sujeitos a essa formalidade, por falta de aceite ou pagamento, fazendo as transcrições, notificações e declarações necessárias, de acordo com as prescrições legais. **CERTIFICO** mais, que, ao **2º Ofício de Registro de Interdições e Tutelas**, incumbe, consoante o artigo trinta e três e seguintes do Código acima citado, o registro dos atos judiciais referentes às restrições da capacidade jurídica e, privativamente, à expedição de certidões para prova da referida capacidade. Cabendo a este inclusive, registrar obrigatoriamente as sentenças declaratórias de insolvência ou de falência, a extensão desta a terceiros, as de extinção das obrigações do insolvente ou do falido, as de reabilitação deste, as decisões de deferimento das concordatas e as sentenças que a julgarem cumpridas. Através da Lei 4453/04, o registro dos atos judiciais inerentes à capacidade jurídica e a expedição de certidões para a prova de capacidade, compete ao 1º Registro Civil de Pessoas Naturais. **CAPITAL 01 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Rua do Ouvidor, 63 2. andar - Centro; **CAPITAL 02 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Rua da Assembleia, 19 7. andar - Centro; **CAPITAL 03 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Avenida Erasmo Braga, 227 grupo 201 - Centro; **CAPITAL 04 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Rua do Carmo, 08 3 andar - Centro; **CAPITAL 05 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: AVENIDA RIO BRANCO, 131 11 ANDAR GRUPO DE SALAS 1101, 1102, 1103 E 1104 - Centro; **CAPITAL 06 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Av. Rio Branco, 135 sala 501 - Centro; **CAPITAL 07 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Rua da Assembleia, 10 SALAS 2201 A 2212 - Centro; **CAPITAL 08 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Rua da Assembleia, 10 salas 1515 a 1517 - Centro; **CAPITAL 09 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Av. Nilo Pecanha, 26 Grupo 601 - Centro; **CAPITAL 01 RCPN**: Praia de Olaria, 155 Cocota - Ilha do Governador; **CAPITAL 01 OF DE REG DE PROT TITULOS**: AVENIDA ERASMO BRAGA, 227 1o. ANDAR.

GRUPOS 101 A 107, 112/113 - Centro; **CAPITAL 02 OF DE REG DE PROT TÍTULOS: RUA DO CARMO, 09 3o. e parte do 4o. andares - Centro; CAPITAL 03 OF DE REG DE PROT TÍTULOS: Rua da Assembleia, 10 salas 2101 a 2110 - Centro; CAPITAL 02 OF DE REG DE INTERD E TUTELAS: Rua da Assembleia, 19 9. andar - Centro.**

Observações:

- a) As informações do nome e nº do CPF/CNPJ do solicitante são de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- b) A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no endereço <http://www.tjrj.jus.br/cgj>
- c) A autenticação poderá ser efetivada, no máximo, em até 3 (três) meses após a expedição.

Rio de Janeiro, 27/10/2021 18:08:35.

Divisão de Pessoal da Diretoria Geral de Administração da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Regimento de Custas Judiciais do Estado do Rio de Janeiro

Valor cobrado: R\$ 24,01 GRERJ Nº 8243150413200

LICITACAO.

1º

Ofício do Registro de Distribuição

RUA DO OUVIDOR, 63 - 2º ANDAR - CENTRO - RJ
Delegatário: Léllo Gabriel Heliodoro dos Santos

**CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS
O REGISTRADOR DO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E
COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

C E R T I F I C A

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Serviço os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

A) FALÊNCIAS, CONCORDATAS, INSOLVÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DISTRIBUIDAS A UMA DAS VARAS EMPRESARIAIS.

DESDE DOZE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E UM ATÉ DOZE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM (12/10/2001 ATÉ 12/10/2021), dele(s) *****

* _ * _ * _ * _ * _ * _ **NADA CONSTA** _ * _ * _ * _ * _ * _ *

Relativamente ao nome de DE SA CONSTRUCOES E SERVICOS - CNPJ: 07.028.841/0001-56 *****
Rio de Janeiro, Capital em 15/10/2021. QUALIFICAÇÃO conf. o requerido. Emolumentos Tab.01. Ato 01: R\$ 43,70, Tab.04-Ato 08: R\$ 44,65, LEI 6.370 Art.2 §4: R\$ 0,89, FETJ: R\$ 17,67, FUNDPERJ: R\$ 4,41, FUNPERJ: R\$ 4,41, FUNARPEN: R\$ 3,53, ISS: R\$ 4,70. TOTAL: R\$ 123,96. EU, RICARDO DA COSTA MEIRELES (Mat.94/1867), Oficial Substituto a assino digitalmente.

CERTIDÃO ESPECIAL - (ART.21, § 1º, IV CNCGJERJ)
ESTA CERTIDÃO REFERE-SE ÚNICA E
EXCLUSIVAMENTE AO ASSUNTO REQUERIDO.

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
EDYO 94888 MUT
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

- A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Central Eletrônica de Registros Públicos - ANOREG RJ (<http://validador.e-cartorioj.com.br>).
- A certidão eletrônica estará disponível para download pelo período de 90 (noventa) dias após a sua emissão.
- Para a validação deste documento através do QR Code deverá ser utilizado somente o aplicativo validador e-cartorioj, disponível na apple store ou Google Play.
- Provimento CGJ nº89/2016, regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro.



2o. Ofício do Registro de Distribuição

RUA DA ASSEMBLÉIA, 19 - 7o. ANDAR - CEP 20011-020

CERP: b7b0b086-0a00-454d-919e-36ab150c32c3

REQUERIDA EM: 13/10/2021

976728

04/26 Pag: 0001

MODELO(C)>> CERTIFICA A a B <<

PARA FINS DE: LICITACAO

Ronaldo Cramer Moraes Veiga - Oficial Registrador

Jorge Constancio Cassas - Substituto

CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 2o. OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

C E R T I F I C A e D Á F É

QUE REVENDO OS LIVROS E ASSENTAMENTOS DAS DISTRIBUIÇÕES EM CURSO OU ANDAMENTO SOBRE:

A - Ações de Falência ou Concordata distribuídas as Varas Competentes, bem como, Inquéritos Judiciais Falimentares ou Falências Dolosas as Varas Criminais ou outras (art.186 da Lei de Falências), Recuperações Judiciais;

B - Interdições previstas pela Lei no. 6024 desde 13/03/1974, que trata da intervenção e Liquidação Extrajudicial de Instituições Financeiras pelo Banco Central, do Brasil ou Ministério da Fazenda, desde:

SETE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E UM ATÉ SETE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM (07/10/2001 a 07/10/2021) dele(s) .-.-.-.-.-.

.-.-.-.-.-. **NADA CONSTA.** .-.-.-.-.-.

Relativamente ao Nome de **DE SA CONSTRUÇOES E SERVICOS** Qualificação: **07028841000156** (conforme requerido) .-.-.-.-.-.

EMITIDA EM: 14/10/2021, RIO DE JANEIRO, COMARCA DA CAPITAL

EU REGISTRADOR ASSINO.

T O T A L R\$: 123.96

EMOL R\$: 88.35 - PMCMV(2%)R\$: 0.89 - FETJ(20%)R\$: 17.67 - FUNDPERJ(5%)R\$: 4.41 - FUNPERJ(5%)R\$: 4.41 - FUNARPEN(4%)R\$: 3.53 - ISS(5%)R\$: 4.70

Senhor usuário, se necessário, é possível obter certidão que abranja outros períodos de consulta para além do pesquisado. Informe-se com o cartório do distribuidor.

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral de Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
BDX224070-GKP

Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



Para a validação deste documento através do QR Code deverá ser utilizado somente o aplicativo validador e-cartorioj, disponível na apple store ou Google Play.

90

Requerida em 13/10/2021

8253390/2021-1.00

Finalidade declarada FINS NEGOCIAIS / CONCORRÊNCIA

Modelo ESPECIAL folha 01

3º Ofício do Registro de Distribuição da Capital

Av. Erasmo Braga, 227 - Grupo 201 - CEP: 20020-902

0903139915

CERTIDÃO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS



CERP: 50fe77b4-e2a7-4cf0-858c-408f13a87de6

- A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Central Eletrônica de Registros Públicos ANOREG RJ (<http://validador.e-cartorio.com.br>)
- A certidão eletrônica estará disponível para download pelo período de 90 (noventa) dias após a sua emissão
- Para a validação deste documento através do QR Code deverá ser utilizado somente o aplicativo validador e-cartorio, disponível na Apple Store ou no Google Play
- Provimento CGJ nº 89/2016, regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro

O REGISTRADOR DO 3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, AO VERIFICAR OS LIVROS E/OU ASSENTAMENTOS DE SEU OFÍCIO RELATIVOS A FEITOS EM ANDAMENTO NO PERÍODO REQUERIDO E NO QUE CONCERNE AOS ASSUNTOS ABAIXO DISCRIMINADOS, CERTIFICA E DÁ FÉ

a) Falências, Concordatas, Recuperações Judiciais e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência Empresarial;

b) Inventários, testamentos, arrolamentos, arrecadações, administrações provisórias, tutelas, interdições, curatelas, declarações de ausência e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em Órfãos e Sucessões;

c) Ações distribuídas às Varas da Infância, da Juventude e do Idoso mencionadas nos parágrafos 1º e 3º do artigo 33 da Consolidação Normativa da CGJ, desde

CINCO DE OUTUBRO DE DOIS MIL UM até CINCO DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM (05/10/2001 até 05/10/2021) deles **NADA CONSTA** contra o nome de: **DE SA CONSTRUÇOES E SERVICOS**, qualificação: CNPJ 07.028.841/0001-56 (conforme requerido)

Emitida em: 13/10/2021 Rio de Janeiro, RJ. OBS: Demais requisitos obrigatórios previstos na Lei 11.971/09: NÃO CONSTAM.

EMOLUMENTOS R\$ 88,35 (Tab1, Ato1 e Tab4, Ato8) + R\$ 0.89 (Lei 6.370/2012) + R\$ 17.67 (FETJ) + R\$ 4.41 (FUNDPERJ) + R\$ 4.41 (FUNPERJ) + R\$ 3.53 (FUNARPEN) + R\$ 4.70 (LEI 7128/2015) valor total R\$ 123,96

"Senhor usuário, se necessário, é possível obter certidão que abranja outros períodos de consulta para além do pesquisado. Informe-se com o cartório do distribuidor."

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônica
EDYK05086 ZOF
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Cert. Proc. p/ /LUIZ

93

CERTIDÃO MODELO ESPECIAL DE
FALÊNCIADESTINA-SE EXCLUSIVAMENTE À
LICITACAO

202110113376730

Emolumentos: Tab 16 Item 01 R\$43,70 Tab 19 Item 08
R\$44,65 (FETJ) R\$:17,67 (FUNPERJ) R\$:4,41
(FUNDPERJ) R\$:4,41 (FUNARPEN) R\$:3,53 (CG -
PORTARIA 17/13) R\$:0,89 (I.S.S.Q.N.) R\$:4,70 =
Total R\$:123,96

4.º Ofício do Registro de Distribuição

Rua do Carmo, 8 - 3.º andar

Hermes Valverde da Cunha Vasconcellos Filho
TitularHermes Valverde da Cunha Vasconcellos Netto
Substituto do TitularO OFICIAL REGISTRADOR DO 4.º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO,
CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOMEADO NA FORMA DA LEI,

RAFAELLL

(0)

14/10/2021

C E R T I F I C A

folha: 1

14:50:27

DYA33758

e DÁ FÉ QUE, ao verificar os livros e/ou assentamentos de seu Serviço Registral, relativos a feitos em curso ou andamento, no período requerido, no que concerne aos assuntos abaixo:

I - Ações de FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência Empresariais;

II - Inqueritos Judiciais Falimentares ou falências dolosas as varas criminais ou outras (art. 186 da Lei de Falências);

III - INTERDIÇÃO e/ou INDISPONIBILIDADE de BENS, previstas pela lei nº 6024 de 13/03/1974, que trata da Intervenção e liquidação extrajudicial de instituições financeiras pelo Banco Central do Brasil ou Ministério da Fazenda;

IV - INVENTÁRIOS, TESTAMENTOS, ARROLAMENTOS, ARRECADAÇÕES, ADMINISTRAÇÕES PROVISÓRIAS, TUTELAS, INTERDIÇÕES, CURATELAS, DECLARAÇÕES de AUSÊNCIA e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em Órfãos e Sucessões afetos a este Ofício;

V - Ações distribuídas às varas da infância, da juventude e do idoso, mencionadas no parágrafo primeiro e terceiro do artigo 33 desta Consolidação, desde:

TREZE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E UM XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX ate
TREZE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
que dele (s) NADA CONSTA contra o (s) nome (s) de
DE SA CONSTRUÇOES E SERVICOS XX
CNPJ:07.028.841/0001-56////////////////////////////////////
REQUERIDA E EMITIDA EM 14/10/2021,RIO DE JANEIRO./////////
FINALIDADE DECLARADA PELO REQUERENTE: LICITACAO. *****//////////

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO. QUALQUER ESCRITA OU ASSINATURA NÃO CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTEIRAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EDYA33758 WXB
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitapublico>

- A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página
<https://validador.e-cartoriorj.com.br>

- A certidão eletrônica estará disponível para download no site
<https://e-cartoriorj.com.br> pelo período de 90 (noventa) dias após a sua emissão.
- Para a validação deste documento através do QR Code deverá ser utilizado somente o aplicativo validador e-cartoriorj, disponível na apple store ou Google Play.
- Provimento CGJ nº89/2016 regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro.

Senhor usuário, se necessário, é possível obter certidão que abranja outros períodos de consulta para além do pesquisado. Informe-se com o cartório do distribuidor.

9212668059473001

CERP: d42553ff-41c3-4f7f-97d4-2f8f47866d51

CONFERIDO POR: MARCOS DA SILVA



Nº do Pedido:
202110113376794

CERP:
3efd75b6-807c-4741-8a61-fe86
c3b9f566



Para a validação deste documento
através do QR Code deverá ser
utilizado somente o aplicativo
validador e-cartoriofj, disponível na
apple store ou Google Play

CERTIDÃO INTERDIÇÃO E TUTELA

CERTIDÃO NEGATIVA

JÚLIO CESAR MACEDÔNIO BUYS II, Titular do 1º RCPN da Cidade do Rio de Janeiro, com atribuição de interdições e tutelas. CERTIFICA que revendo os livros competentes da capacidade jurídica, dos mesmos **NADA CONSTA** com referência às interdições previstas nos artigos 1.767 e 1.779 do Código Civil Brasileiro, desde vinte e seis de abril de mil novecentos e vinte e nove, data da instalação deste Cartório, até a presente data; CERTIFICA ainda que **NADA CONSTA** com referência à tomada de decisão apoiada (art. 1.783- A, do Código Civil); CERTIFICA ainda que **NADA CONSTA** com referência à Ausência, artigo 22 do Código Civil Brasileiro, desde vinte e seis de abril de mil novecentos e vinte e nove, data da instalação deste Cartório, até a presente data; CERTIFICA mais que **NADA CONSTA** com referência às Interdições Comerciais (Decreto Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 - Lei de Falências, atual lei nº 11.101, de 09 de Fevereiro de 2005, até a presente data); CERTIFICA também que **NADA CONSTA** com referência às interdições de direito (Artigo 92 - incisos I, II e III) conforme dispõe o Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal), desde 20 anos retro, até a presente data; CERTIFICA mais que **NADA CONSTA** com referência à Insolvência Civil, (Artigos 748 e seguintes da Lei 5.869, de 11 de Janeiro de 1973 - Código de Processo Civil Brasileiro, até a presente data); CERTIFICA finalmente que **NADA CONSTA** com referência à Indisponibilidade de Bens nos termos de que dispõe a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974 que trata da Intervenção e Liquidação Extrajudicial de Instituições Financeiras pelo Banco Central do Brasil ou Ministério da Fazenda, até a presente data contra o nome **DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS, CPF/CNPJ 07.028.841/0001-56**. O referido é verdade e dou fé. Cidade do Rio de Janeiro, aos treze (13) dias do mês de outubro (10) de dois mil e vinte e um (2021). Emolumentos: Tab.21 Item I + (6x) + Tab.16 Item 4 + FUNARPEN 4% + FETJ 20% + FUNDPERJ 5% + FUNPERJ 5% + ISS - TOTAL R\$ = 159,88. Eu, Elenice Araújo da Silva - Mat. 94-1741, assino.

Finalidade:

A PRESENTE CERTIDÃO NÃO PODE SER MATERIALIZADA POR SERVIÇO EXTRAJUDICIAL, EM RESPEITO AO PROVIMENTO CNJ 46/2015, AO PROVIMENTO CGJ-RJ 37/2013 E À NOTA INTEGRANTE 28, DA TABELA 22 DA LEI 3.350/1999, INSERIDA PELA LEI 7.128/2015

1º RCPN e de interdições e Tutelas do Estado do Rio de Janeiro
Oficial Registrador: JÚLIO CESAR MACEDÔNIO BUYS II
Município: RIO DE JANEIRO/RJ
Praia da Olaria, nº 155, Cocotá, Ilha do Governador
Site: cartoriocandelaria.com.br
Telefone: (21) 3366-1504
Email: atendimento@1rcpn.com.br

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EDYB70128-EOH
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página <http://validador.e-cartoriofj.com.br>
A certidão eletrônica estará disponível para download no site <http://e-cartoriofj.com.br> pelo período de 90 (noventa) dias após a sua emissão.

Provimento CGJ nº 89/2016, regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
2º OFÍCIO DE REGISTRO DE INTERDIÇÕES E TUTELAS
OFICIAL: MARIA DA GLÓRIA MARTINS DE CARVALHO
SUBSTITUTOS: ROBSON CARVALHO FILGUEIRAS
EUGÊNIO BUZHAR GERAISSATI
MARCUS FERNANDO M. A. BRANDÃO

Rua da Assembléia, 19 - 9º andar - Centro - Tel.: 2533-1424 - CEP:20011-001

CERTIDÃO

M.ª. DA GLORIA MARTINS DE CARVALHO, Oficial do Segundo Ofício do Registro de Interdições e Tutelas da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

CERTIFICA que revendo os livros competentes da capacidade jurídica sob a guarda deste serviço, desde a instalação do mesmo em vinte e seis de abril de mil novecentos e vinte e nove, NADA CONSTA na presente data, com referência as interdições previstas nos artigos 1.767 e 1.779 do Código Civil Brasileiro; CERTIFICA, ainda, que revendo os mesmos livros sob a guarda deste serviço, desde a instalação do mesmo, NADA CONSTA na presente data, com referência a Ausência, artigo 22 do Código Civil Brasileiro; CERTIFICA mais que, revendo os mesmos livros, NADA CONSTA em nossos arquivos, na presente data, em relação aos registros de Tomada de Decisão Apoiada (artigo 1.783-A do Código Civil Brasileiro); CERTIFICA, mais, que NADA CONSTA na presente data, com referência as Interdições Comerciais (Decreto Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 e a atual Lei nº 11.101/2005 - artigo nº 99 - 09 de fevereiro de 2005); CERTIFICA também, que observados os últimos 20 anos, NADA CONSTA na presente data, com referência as Interdições de Direito (artigo 92 - incisos I, II, III do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal Brasileiro); CERTIFICA, outrossim, que NADA CONSTA na presente data, com referência a Insolvência Civil (artigos 748 e seguintes da Lei 5.869 de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil Brasileiro); CERTIFICA, finalmente, que em nossos arquivos iniciados em 13 de março de 1974 NADA CONSTA na presente data, com relação a Indisponibilidade de Bens, arrestos, sequestros e outras determinações comunicadas pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, **CONTRA O NOME: DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS-CNPJ: 07.028.841/0001-56**. O referido é verdade e dou fé. Cidade do Rio de Janeiro, treze de outubro de dois mil e vinte e um. TAB_6_L= R\$32,97+ TAB_6_BUSCA= R\$70,21+ TAB_1_4= R\$11,63= EMOL.: R\$114,81+ FETJ: R\$22,96+ FUNDPERJ: R\$5,74+ FUNPERJ: R\$5,74+ FUNARPENRJ: R\$4,59+ PROVIMENTO 12/2016 (ISS):R\$6,04= TOTAL = R\$159,88. Eu EUGENIO BUZHAR GERAISSATI, Substituto Legal - Cadastro:94-14921 assino pelo Oficial.

Finalidade: LICITACAO

MATRÍCULA: 0933690155 0000 9 00000 000 0000000 41



Para a validação deste documento através do QR Code deverá ser utilizado somente o aplicativo validador e-cartorioj, disponível na apple store ou Google Play.

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EDXW 75121 KTO

Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/silepublico>

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página <http://validador.e-cartorioj.com.br>
A certidão eletrônica estará disponível para download no site <http://e-cartorioj.com.br> pelo período de 90 (noventa) dias após a sua emissão.
Provimento CGJ nº89/2016, regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro.

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESAMENTO ELETRONICO. CANCELAR EM QUALQUER MOMENTO. NÃO É POSSÍVEL A VALIDAÇÃO EM OUTROS SISTEMAS. CONSERVAR COMO PROVA DE AUTENTICAÇÃO DE TITULARIDADE DE FOLHA.

PREMIUM-DE CONTINUAÇÃO O CANCELAR

JUSTIÇA PROCEDE POR JULIA HENRIQUES DE SOUZA



DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 07.028.841/0001-56

Governo do Estado do Rio de Janeiro Secretaria de Estado de
Ciência, Tecnologia e Inovação Fundação de Apoio a Escola
Técnica

Assessoria Especial –Setor de Licitações Rua Clarimundo de Melo, 847 – Quintino Bocaiúva –
CEP 21.311-280 – Rio de Janeiro/RJ 1/30

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021-R1

QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS

Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318
CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro – RJ



(21) 3923-5276 (21) 98502-1341

desa.servicos@gmail.com.br

95



DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 070.288.41/0001-56

Rio de Janeiro, 10 de Dezembro de 2021.

Ao

Pregoeiro

Ref. Pregão Eletrônico FAETEC PE 02/2021

DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº **07.028.841/0001-56**, sediada na Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318 CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro – RJ, neste ato representado por seu representante legal, o Sr. **FARLY SOUZA DA SILVA**, inscrito no CPF sob o nº 105.301.137-75, portador da cédula de identidade nº 203693205, expedida por DIC – RJ, **DECLARA**, possuir no endereço citado, escritório devidamente climatizado, equipado com mesas, cadeiras e computadores. Nossa estrutura atende todas as exigências do Edital, contando também com os setores de Recursos Humanos, Departamento De Pessoal, Departamento Jurídico, Setor de Contratos, Compras e Financeiro.

Nosso depósito garante estoque necessário para suprir todas demandas apresentadas.

Nossa equipe é composta pelos seguintes profissionais.

QUADRO TÉCNICO ADMINISTRATIVO		
PROFISSIONAL	QUALIFICAÇÃO	
VITOR DE PAIVA ROCHA	ADMINISTRADOR	CRA-RJ 2057653
MARCUS VINICIUS VIEIRA DE CASTRO	ENGENHEIRO CIVIL	CREA-RJ 2018120247
MANOLO SANCHES BATISTA	ENGENHEIRO ELETRICISTA	CREA-RJ 2014102073
FABIANA DE LIMA MACHADO GONÇALVES	ADMINISTRADORA DE RECURSOS HUMANOS	CRA-RJ 2056783

Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318
CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro – RJ



DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 070.288.41/0001-56

BEATRIZ DA SILVA PINHEIRO	PSICÓLOGA	CRP 5ª/50219
Juliana Magalhães Lima	DEPARTAMENTO JURÍDICO	OAB 214209

Nossos equipamentos e maquinários utilizados na limpeza e manutenção são modernos e completamente eficientes, sendo os mesmos deslocados por veículos próprios.

Veículos
S10 - Chevrolet 2014
Picape Strada - Fiat 2018
Fiorino - Fiat 2018


DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126, Torre 1000 sala 1318
CEP: 20.765-000 - Del Castilho - Rio de Janeiro - RJ

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS
DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA EM ADMINISTRAÇÃO

Contrato de prestação de serviços profissionais que entre si fazem de um lado aqui denominado como contratante De Sá Construtora e Serviços, inscrita no CNPJ nº 070288410001-56, sociedade comercial com sede na Av. Martin Luther King Junior, 126 Torre 1000 Sala 1318 – Del Castilho, Rio de Janeiro, neste ato representada por seu representante legal Farly Souza da Silva, de outro lado, Vitor de Paiva Rocha, Administrador de Empresas, portador da carteira de identidade nº 085861821, IFP-RJ, inscrito no CPF sob o nº 008315867-70 e no CRA/RJ sob o nº 20-57653, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA O Administrador prestará serviços profissionais à contratante como responsável técnico.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Constituem obrigações do **CONTRATADO**:

- a) Cumprir o presente contrato prestando os serviços de Assessoria Administrativa dentro da necessidade da Empresa para melhor desempenho e produtividade, cumprir com as responsabilidades de expedições de documentos como certidões, alvarás e outros, junto ao Conselho Regional de Administração.
- b) Realizar outros serviços na área privativa da Profissão do Administrador, desde que proposto pelo Contratante e previamente negociado entre as partes.
- c) Remeter ao Conselho Regional de Administração cópia de todas as alterações contratuais ou atos constitutivos da instituição.
- d) Empenhar-se para renovação anual do alvará da instituição. Observando o prazo fixado pelo Conselho Federal de Administração.
- e) Elaborar relatórios circunstanciados de suas atividades, no prazo de 30 (trinta) dias, quando solicitado pelo Conselho Regional de Administração.
- f) Comunicar ao Conselho Regional de Administração quaisquer violações ao Código de Ética do Administrador que venham porventura ser praticados pela instituição.
- g) Assinar todos os documentos produzidos em consequência do que supervisiona ou elabora.
- h) Informar imediatamente ao Conselho Regional de Administração a eventual rescisão contratual com a instituição.
- i) Visar, citando o número do seu registro profissional, os atestados/declarações de serviços prestados pela empresa sob sua responsabilidade nos campos privativos do administrador, previstos na alínea "b" do Art. 2º, da Lei nº 4.769-65, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, para efeito de registro e constituição do Acervo Técnico da empresa no CRA.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

- a) Colocar à disposição do Contratado todas as informações necessárias para realizar seu trabalho.
- b) Pagar pontualmente os honorários profissionais.



Handwritten signature and initials in blue ink, including a large 'W' and the number '98'.

CLÁUSULA SEGUNDA – A prestação dos serviços mencionados na cláusula primeira deverá ser efetuada na cidade do Rio de Janeiro, em horários flexíveis, de acordo com a disponibilidade das partes, ficando convencionado que em relação a qualquer trabalho prestado fora desta cidade ficarão sob a responsabilidade do contratante as despesas de viagem cujos valores deverão ser recebidos antecipadamente pelo contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – Pela execução dos Serviços de Assessoria Técnica Administrativa, o **CONTRATANTE** pagará ao (a) **CONTRATADO(A)**, a importância de R\$1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), que serão pagos até o quinto dia do mês subsequente ao vencido.

PARÁGRAFO ÚNICO: A primeira mensalidade será paga ao **CONTRATADO**, no ato da assinatura do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, iniciando em 02/07/2021, podendo ser prorrogado por igual ou menor prazo, se as partes assim concordarem.

CLÁUSULA QUINTA – Este contrato será rescindido automaticamente ao final da sua vigência, tornando-se vencido e, assim, executável, independente de manifestação das partes se o **CONTRATANTE** deixar de efetuar o pagamento de acordo com a cláusula terceira.

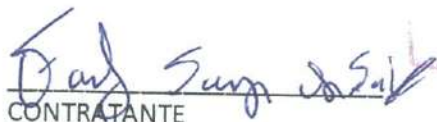
PARÁGRAFO ÚNICO: Na hipótese da rescisão do contrato ocorrer antes do término da vigência, implicará em multa equivalente ao valor do restante do contrato, com base no estabelecido na **CLÁUSULA TERCEIRA**, cabendo o ônus da multa a quem der origem a rescisão.


CLÁUSULA SEXTA – Fica convencionado entre as partes que este instrumento não caracteriza qualquer vínculo empregatício, previsto na Lei específica.

CLÁUSULA SÉTIMA – As partes elegem o foro da Comarca do Rio de Janeiro (RJ), para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinaram o presente em duas vias de igual teor e forma.

RIO DE JANEIRO (RJ), 02 de Julho de 2021.


CONTRATANTE


CONTRATADO

07.028.841/0001-56
DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
CPF Nº: 07.028.841/0001-56
Avenida Martin Luther King Jr, 126
sala 1318 Torre 1000
CEP 20765 - 000
Del Castilho - RJ

008.315.867-70
CPF Nº:





Job



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 122960109200472088375-1
Data: 01/09/2020 17:05:30
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKK65949-M3C6:



Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

Bel. Váliber Azevêdo da Miranda Cavalcanti

TJPB



CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL Nº: 7183/2021
VÁLIDA ATÉ: 31/12/2021

Esta declaração é válida até 31/12/2021.

Colégio do corpo de cadetes: 3.367.257 434.4892
Enviado por: 14/12/2011 às 17:42
A assinatura digital desta mensagem poderá ser consultada no site do CRA-RJ
No endereço eletrônico: www.cra.rj.gov.br, através da aba de QRCodes





CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que o(a) ADMINISTRADOR(A) VITOR DE PAIVA ROCHA é registrado(a) neste CRA-RJ sob o número 20-57653 desde 25/07/2005. Informamos, ainda, que este(a) profissional encontra-se em dia com suas obrigações, estando apto(a) ao exercício profissional, e efetuou o pagamento da anuidade de 2021 no dia 01/02/2021 no valor de R\$ 430,36(QUATROCENTOS E TRINTA REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS).

Rio de Janeiro, 10 de Dezembro de 2021.



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

CERTIDÃO DE REGULARIDADE

CERTIDÃO DE REGULARIDADE Nº: 6834/2021

VÁLIDA ATÉ: 31/12/2021

Certificamos para todos os fins de direito, que a empresa DE SA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 07.028.841/0001-56, com o endereço RUA DA QUITANDA 49 sala 206 - Bairro CENTRO - Cidade RIO DE JANEIRO - Estado de RIO DE JANEIRO, está devidamente registrada neste Conselho sob o nº 90-09363, desde 04/02/2013, tendo como Responsáveis Técnicos o(a) Adm. VITOR DE PAIVA ROCHA, RG nº 085861821, CPF nº 008.315.867-70, também registrado neste Conselho sob o nº CRA-RJ 20-57653, de 25/07/2005, VITOR DE PAIVA ROCHA, RG nº 085861821, CPF nº 008.315.867-70, também registrado neste Conselho sob o nº CRA-RJ 20-57653, de 25/07/2005. CERTIFICAMOS, ainda, que a referida empresa encontra-se em dia com suas obrigações financeiras para com esta autarquia, até o exercício de 2021, estando apta ao desenvolvimento das atividades pertinentes à profissão de Administração. O referido é verdade.

RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICO(S):

VITOR DE PAIVA ROCHA

Registro: 20-57653 expedido em
25/07/2005

TÍTULO: ADMINISTRADOR
ADMINISTRADOR

Código de controle da certidão: 0.561806782329361
Emitida em: 09/03/2021 às 13:38
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço sistemacra.rj.com.br/craonline/validarcertidao ou através do QR Code.



303

AUTENTICAÇÃO
VIDE VERSO



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica
Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a Empresa De Sá Construções e Serviços LTDA, estabelecida na Avenida Pastor Martin Luther King Jr, 126, Bloco 09, Sala 1318, Tor 1 – Del Castilho – Rio de Janeiro-RJ inscrita no CNPJ sob nº 07.028.841/0001-56, presta serviços de terceirização de mão de obra especializada, conforme Contrato nº 124/2020, período de 12 meses tendo início no período de 10 de outubro de 2020 e término em 09 de outubro 2021 para Prefeitura Municipal de Seropédica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.604.139/0001-07, conforme detalhado e relacionado abaixo:

1 – Objeto do contrato:

Prestação de serviços de Portaria/ Fundo Municipal de Saúde

2 – Efetivo Utilizado no Contrato:

Função	Quantidade de Funcionários
Porteiros	31

3 – Valor do Contrato de Trabalho:

R\$ 1.410.000,00 (um milhões, quatrocentos e dez mil reais)

4 – Informações Adicionais:

A De Sá Construções e Serviços LTDA, atendeu plenamente todas as solicitações e demandas da contratante, sempre com qualidade e presteza, e que não existe nada que desabone sua conduta profissional, operacional e executiva.

Declaramos para os devidos fins que os serviços executados estiveram plenamente satisfatórios e em perfeita obediência às cláusulas contratuais, atendendo todas as expectativas, não tendo nada que desabone sua idoneidade e conduta técnica e comercial.

Seropédica, 03 de dezembro de 2021.

Atenciosamente,

Renê Mello Vignè
Secretário Municipal de Saúde
Mat.: 17.445-PMS

504



Contrato nº 124/2020

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL COMO CONTRATANTE, E A DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, COMO CONTRATADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PORTARIA, NA FORMA ABAIXO.

Aos dias 09 do mês de novembro do ano de 2020, na Rua Maria Lourenço, 18 - Fazenda Caxias - Seropédica/RJ, o **MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA**, por meio da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil, ao final identificado a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil, e a Empresa De Sá Construções e Serviços Ltda, estabelecida na Avenida Pastor Martin Luther King Junior, 126 - Torre 1000 - Sala 1318, Del Castilho - Rio de Janeiro - RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº 07.028.841/0001-56, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por Farly Souza da Silva, têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 061/2020**, realizado por meio do processo administrativo nº 3347/2020, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como integrante do presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral das Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93, pelo Decreto Municipal 02/2007, pela Lei Complementar Federal nº 123/06 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações posteriores, pela Lei Federal 4.320/64, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da **CONTRATADA** e pelas disposições deste Contrato. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

O objeto do presente contrato é **A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PORTARIA**, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR

O valor total do presente contrato é de R\$ 1.410.000,00 (um milhão quatrocentos e dez mil reais).

CLÁUSULA QUARTA - FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à **CONTRATADA** após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro - O pagamento à **CONTRATADA** será realizado em razão da efetiva entrega realizada e aceita, sem



que o (a) Município esteja obrigado (a) a pagar o valor total do contrato caso todo o quantitativo do objeto previsto na cláusula segunda não tenha sido regularmente entregue e aceito.

Parágrafo Segundo - O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no(a) Setor de Protocolo e Arquivo do Município.

Parágrafo Terceiro - O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do documento de cobrança na Sede da Prefeitura Municipal.

Parágrafo Quarto - No caso de erro nos documentos de cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Quinto - O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no Setor de Protocolo e Arquivo do Município e a data do efetivo pagamento.

Parágrafo Sexto - O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado da taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada pro rata die entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança no Setor de Protocolo e Arquivo do Município.

Parágrafo Sétimo: O pagamento será efetuado à CONTRATADA através de (crédito em conta corrente a ser indicada pela CONTRATADA, transferência bancária, etc), competindo ao Município escolher o meio mais conveniente, dentre os indicados, para efetuar o pagamento.

CLÁUSULA QUINTA- REAJUSTE

Não será admitido o reajuste de preços.

CLÁUSULA SEXTA - FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro - A Fiscalização dos serviços caberá a comissão designada por ato do Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

Parágrafo Quarto - Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame das especificações dos bens, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quinto - A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços prestados, à sua entrega e às consequências e implicações, próximas ou



remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução contratual não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

CLÁUSULA SÉTIMA- PRAZO

O contrato vigorará por 12 (doze) meses, contados da assinatura.

Parágrafo Primeiro - O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Segundo - O prazo de garantia convencional por conta da CONTRATADA será de 30 (trinta) dias a contar do recebimento, na forma do Termo de Referência, sem prejuízo da garantia legal de adequação do produto.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- I - Os serviços deverão estar de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência;
- II - tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da prestação de serviços;
- III - responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;
- IV - atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;
- V - substituir, por sua conta e responsabilidade, os itens recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;
- VI - responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa prestação de serviços:
 - a) em caso de ajuizamento de ações trabalhistas contra a CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município de Seropédica como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;
 - b) no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;
 - c) as retenções previstas nas alíneas "a" e "b" poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município de Seropédica da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município seja compelido a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;
 - d) eventuais retenções previstas nas alíneas "a" e "b" somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.
- VII - manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital durante todo prazo de execução contratual;
- VIII - responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;



CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

- I - Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato;
- II - Realizar a fiscalização do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA - ACEITAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO

A aceitação do objeto deste Contrato se dará mediante a avaliação de Comissão de Fiscalização designada pelo Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil ou o responsável pelo expediente, que constatará se os serviços prestados atendem a todas as especificações contidas no Edital que ensejou a presente contratação.

Parágrafo Primeiro - O objeto do presente contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.

Parágrafo Segundo - Os serviços cujos padrões de qualidade estejam em desacordo com a especificação do Edital e seus anexos deverão ser recusados pela Comissão responsável pela fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo Terceiro - Na hipótese de recusa de aceitação, por não atenderem às exigências do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá substituir quaisquer bens defeituosos ou qualitativamente inferiores, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a CONTRATADA não substitua os bens não aceitos no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar o seu fornecimento às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORÇA MAIOR

Os motivos de força maior que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, o Município de Seropédica através da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas nos artigos 7º da Lei Federal 10.520/02 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93:

- (a) Advertência;
- (b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato;
- (c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de rescisão por culpa da CONTRATADA;
- (d) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 2(dois) anos;
- (e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Parágrafo Primeiro - As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, nos casos das alíneas "a", "b", "c" e "d" do caput desta Cláusula, no prazo de 5



(cinco) dias úteis, e no caso da alínea "e" do caput desta Cláusula, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
Parágrafo Segundo - As sanções previstas nas alíneas "a", "d" e "e" do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas "b" e "c", e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo Terceiro - A sanção prevista na alínea "e" do caput desta Cláusula poderá também ser aplicada às licitantes que, em outras licitações e/ ou contratações com a Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer nível federativo, tenham:

- (a) sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
- (b) praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;
- (c) demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

Parágrafo Quarto - As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no veículo de Imprensa Oficial do Município do ato que as impuser.

Parágrafo Quinto - As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

Parágrafo Sexto - Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Sétimo - Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Oitavo - As multas previstas nas alíneas "b" e "c" do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Nono - A aplicação das sanções estabelecidas nesta Cláusula é da competência do Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar, sempre sem efeito suspensivo:

- a) Recurso a ser interposto perante a autoridade superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da ciência da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do caput da Cláusula anterior ou da ciência da decisão de rescisão do Contrato;
- b) Pedido de Reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea "e" do caput da Cláusula anterior;
- c) Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RESCISÃO

O CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos I a XII, XVII e XVIII, da Lei Federal nº 8.666/93, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observados o § 2º e incisos do art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro - A rescisão operará seus efeitos a partir da notificação pessoal inequivocamente recebida ou da publicação do ato administrativo no veículo de Imprensa Oficial do Município, caso frustradas duas tentativas de notificação pessoal.



Parágrafo Segundo - Na hipótese de rescisão, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do fornecimento não realizado, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Quarta, caput, alínea "c", deste Contrato.

Parágrafo Terceiro - Nos casos de rescisão sem culpa da CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá promover:

- (a) a devolução da garantia eventualmente prestada;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Quarto - Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao saldo das faturas relativas ao fornecimento efetivamente realizado e aceito até a data da rescisão, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Quinto - No caso de rescisão amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim, e à devolução da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder a terceiros a responsabilidade pela execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários à aquisição dos bens ora contratados correrão à conta do Programa de Trabalho 0522.10.302.023.2837, Código de Despesa 3.3.90.39.05, tendo sido empenhada a importância de R\$ 235.000,00, por meio da Nota de Empenho nº 255/2020. O restante e necessário para a satisfação total da despesa será empenhado a conta da dotação orçamentária referente ao orçamento do próximo exercício (2021).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

Fica eleito o Foro Central da Comarca de Seropédica- RJ para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no veículo de Imprensa Oficial do Município no prazo estabelecido no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

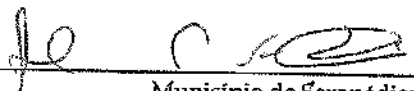
CLÁUSULA VIGÉSIMA - DISPOSIÇÕES FINAIS

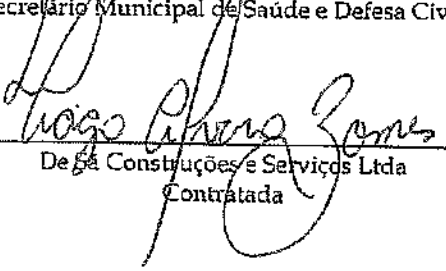
- a) A CONTRATADA se obriga a manter, durante todo o período de execução do Contrato, as condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e regularidade trabalhista exigidas no Edital por meio do qual foi licitada a aquisição objeto do presente instrumento e o teor da sua proposta de preço, sob pena de rescisão do Contrato.
- b) Os ensaios, os testes e demais provas requeridas por normas técnicas oficiais para a verificação da qualidade dos bens objeto deste Contrato, correm à conta da CONTRATADA.
- c) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na sede do Município de Seropédica.



E por estarem justos e acordados, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Seropédica, 09 de novembro de 2020.


Município de Seropédica
Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil


DE SA Construções e Serviços Ltda
Contratada

Testemunha

Testemunha

07.028.841/0001-56
DE SA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
Av. Pastor Martin Luther King Jr, 126,
sala 1318 Torre 1000
CEP 20765 - 000
Del Castilho - RJ

07.028.841/0001-56

DE SA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
Av. Pastor Martin Luther King Jr, 126,
sala 1318 Torre 1000
CEP 20765 - 000
Del Castilho - RJ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Maria Lourenço nº 18
Centro
SEROPEDICA - RJ
C.N.P.J.: 13.813.107/0001-09

Processo: 3947/2020

Data: / /

Folha:

Rubrica:

Nota de Empenho

Processo: 3947/2020		Empenho: 255	Exerc.: 2020	Ficha: 283739212	TIPO: Ordinário	CRÉDITO: Orçamentário e Suplementar	
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA				DADOS COMPLEMENTARES			
Unidade:	0522	Fundo Municipal de Saúde		Modalidade:	- Pregão eletrônico para registro de preços		
Função:	10	SAÚDE		Base Legal:	37 - Pregão, Lei 10.520/02 de 17.07.2002		
Sub-Função:	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		Contrato:	-		
Programa:	023	Programa Saúde em Seropédica		Convênio:	-		
Ação:	2837	Manutenção, Administração e Operacionalização da		Cat. de Despesa:	1 - OUTROS		
Elemento:	3.3.90.39.05	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JT		Incorporação:	-		
Fonte:	21	Transferências Estaduais para Saúde		Despesa de Pessoal:			
Saldo Anterior Dotação		Valor do Empenho		Saldo Atual Dotação			
1.276.063,18		235.000,00		1.043.063,18			
CREDOR:							
R. Social/Nome: 33171 DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA				Endereço:			
C.N.P.J.: 07.028.841/0001-56				R.G.:			
I.M.:				L.E.:			
				Bairro:			
				Cidade/UF: SEROPEDICA / RJ			
HISTÓRICO / ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA							
Reserva orçamentária para contratação de empresa para prestação de serviços de portaria para um período de 02(dois) meses.							
Data do Empenho: 05/11/2020							
Itens do Empenho:							
Item	Código	Descrição		Unidade	Qtd	Valor Único	Valor Total
						Total:	R\$235.000,00
VALOR:		R\$235.000,00		VALOR POR EXTENSO: duzentos e trinta e cinco mil reais			
Fabiana de Azevedo Resende Contador 14849							



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

CERTIDÃO DE RCA

VALIDADE ATÉ 13/04/2022

Certificamos, para os devidos fins da Lei nº 8666/93 alterada pela Lei nº 8883/94, que empresa abaixo identificada, encontra-se devidamente habilitada neste CRA-RJ a prestação dos serviços descritos no ATESTADO/DECLARAÇÃO aqui apresentado e demais atividades previstas em seu objeto social - Lei nº 4769/65, e decreto nº 61934/67. Certificamos, ainda, que o citada empresa tem executado serviços atinentes ao seu objeto social, conforme consta no ATESTADO/DECLARAÇÃO, que faz parte integrante desta Certidão devidamente registrado por este CRA-RJ. Esta Certidão vale como prova perante qualquer órgão Público ou Privado, resguardando-nos de qualquer ato ou fato que venha a ser apurado, que desabone ou comprove a falsidade do referido ATESTADO/DECLARAÇÃO.

Razão Social	:	DE SA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
Endereço	:	DA QUITANDA, 49 sala 206
Cidade	:	RIO DE JANEIRO
Reg CRA-RJ:	:	90-09363 Estado: RJ CNPJ: 07.028.841/0001-56
Resp. Técnico	:	VITOR DE PAIVA ROCHA
Reg. CRA-RJ	:	20-57653

REGISTRO DE COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO - RCA

Contratante: OSBRAVI - ORGANIZACAO SOCIAL BRASILEIRA DE APOIO A VIDA

RCA Nº 20201000100102 Data: 26/Maio/2020

Código de controle da certidão: 0.15050291445590835
Emitida em: 13/10/2021 às 07:37
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço sistemacra.rj.com.br/craonline/validarcertidao ou através do QR Code.



113

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A OSBRAVI – ORGANIZAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA DE APOIO A VIDA, CNPJ/MF Nº 17.517.805/0001-00, com sede na Rua Desembargador Lima Castro, 224/201, Fonseca, Niterói-RJ, ATESTA para fins de Licitação, sob as penas da lei, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a **DE SÁ ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 07.028.841/0001-56, com sede na Rua da Quitanda, 49 sala 206 – Centro – RJ – CEP: 20.011-030 firmou contrato com a Osbravi, a fim de prestar os serviços através do contrato firmado com a **PREFEITURA DE MARICÁ**, para **ELABORAÇÃO DE PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCOS NO MUNICÍPIO DE MARICÁ-RJ**, no período de 26 de Agosto de 2015 a 26 de Agosto de 2016.

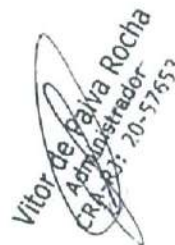
Objeto:

✓ VIGIA	35 Profissionais
✓ MOTORISTA	17 Profissionais
✓ AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	117 Profissionais
✓ APOIO OPERACIONAL	83 Profissionais

Registramos ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que desabone sua capacidade técnica, administrativa e comercial até a presente data.

Niterói, 18 de Setembro de 2016.


CLAUDIO ROCHA DE SOUZA
PRESIDENTE


Vitor de Paiva Rocha
Administrador
CRA-SP: 20-57553

Rua Desembargador Lima de Castro, nº224 – Grupo 221, Bairro Fonseca – Niterói-RJ
Cep: 24.120.350
contatoosbravi@yahoo.com

334

Digitalizado com CamScanner

CONTRATO Nº 002/2015 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO,

A EMPRESA OSBRAVI – ORGANIZAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA DE APOIO A VIDA,

NA FORMA ABAIXO.

A EMPRESA OSBRAVI – ORGANIZAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA DE APOIO A VIDA, com sede na Rua Desembargador Lima Castro, 224/201, Fonseca, Niterói-RJ, 17.517.805/0001-00, doravante denominado simplesmente "CONTRATANTE", neste ato representado pelo Sr. Claudio Rocha de Souza, e a empresa **DE SÁ CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA**, sociedade limitada, estabelecida na cidade do Rio de Janeiro/RJ, situada na Rua da Quitanda, nº 49 – sala 206, Centro, Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.028.841/000-56, doravante denominada simplesmente como "CONTRATADA", neste ato representado por Pedrelina da Silva Procópio, portador da Carteira de Identidade nº 20.357.513-9 expedida pela DETRAN RJ, e CPF nº 098.905.297-42, resolvem pelo presente e na melhor forma do direito, celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, para os fins previstos na Clausula Primeira, de acordo com as demais cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de terceirização de mão de obra pela CONTRATADA, para a **PREFEITURA DE MARICÁ**, com objetivo de **ELABORAR O PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCOS NO MUNICÍPIO DE MARICÁ-RJ**.

Objeto:

Rua Desembargador Lima de Castro, nº224 – Grupo 221, Bairro Fonseca – Niterói-RJ
Cep: 24.120.350
contatoosbravi@yahoo.com



115

Digitalizado com CamScanner



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 122962605201594487896-1
Data: 26/05/2020 17:53:19
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKB60419-N8PZ:



Cartório Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.nol.br
<https://azevedobastos.nol.br>

Bel. Váber Azevedo de Miranda Cavalcanti

TJPB



- | | |
|-------------------------------|-------------------|
| ✓ VIGIA | 35 Profissionais |
| ✓ MOTORISTA | 17 Profissionais |
| ✓ AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | 117 Profissionais |
| ✓ APOIO OPERACIONAL | 83 Profissionais |

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

A vigência do Contrato de Prestação de Serviços inicia-se a 00 (zero) hora do dia **06/08/2015** e termina às 24 (vinte e quatro) horas do dia **06/08/2016**, podendo ser prorrogada por igual período.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O valor mensal estimado do presente Contrato é de R\$ 731.6335,00 (setecentos e trinta e um mil, seiscentos e trinta e três Reais), perfazendo o valor total de R\$ 8'779.596 (oito milhões setecentos e setenta e nove mil, quinhentos e noventa e seis Reais).

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão liberados em até 30 (trinta) dias, contados da liquidação da respectiva Nota Fiscal.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

Rua Desembargador Lima de Castro, nº224 – Grupo 221, Bairro Fonseca – Niterói-RJ
Cep: 24.120.350
contatoosbravi@yahoo.com

536
Digitalizado com CamScanner

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia contratual, no valor de 5% (cinco por cento) do valor contratado, e critério, julgar inconveniente; conferir por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Executar os serviços objetos, na forma e nos prazos previstos;
- b) Diligenciar no sentido de que seus empregados cumpram rigorosamente os horários estabelecidos para prestação dos serviços;
- c) Fornecer e substituir, sem ônus para a CONTRATANTE, todos os materiais ou bens danificados em consequência de manipulação ou uso inadequado por seus empregados;
- d) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
- e) Responder pelos danos de qualquer natureza causados a CONTRATANTE, e ou terceiros, em razão de acidentes, de ação ou omissão dolosa ou culposa de seus prepostos ou de quem em seu nome agir;
- f) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, quanto à execução dos serviços contratados.
- g) Assumir a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, seguro de acidente do trabalho, que incidam ou venham incidir sobre os serviços objeto deste Contrato e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela CONTRATANTE;
- h) Assumir a responsabilidade pelo bom desempenho de seu pessoal e providenciar para que todos os empregados, nos locais de trabalho, cumpram as normas internas da CONTRATANTE;

Rua Desembargador Lima de Castro, nº224 – Grupo 221, Bairro Fonseca – Niterói-RJ
Cep: 24.120.350
contatoosbravi@yahoo.com

337
Digitalizado com CamScanner

- i) Assumir a responsabilidade integral e ilimitada pela vinculação trabalhista, exclusiva dos seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do Contrato, nas dependências da CONTRATANTE;

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por um representante da CONTRATANTE, denominado Gestor do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Com fundamento na base legal que rege este CONTRATO, a CONTRATADA, no caso de inobservância/ descumprimento de seus dispositivos, ficará sujeita às seguintes sanções e penalidades, garantida a prévia defesa:

- a) Advertência;
- b) Multa;

CLÁUSULA OITÁVA – DA RESCISÃO

Dar-se-á a rescisão do presente Contrato, independentemente da aplicação de outras cominações legais cabíveis, na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas neste acordo contratual.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Fica eleito o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para dirimir litígio surgido da eventual inexecução do presente Contrato, no todo ou em parte, renunciando as partes contratantes, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e acordadas, firmam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, rubricadas as folhas precedentes, obrigando-se por si e seus sucessores, para que surtos todos os efeitos em direitos previstos, na presença das testemunhas abaixo assinadas e qualificadas que a tudo assistiram e do que dão fé.

Rua Desembargador Lima de Castro, nº224 – Grupo 221, Bairro Fonseca – Niterói-RJ
Cep: 24.120.350
contatoosbravi@yahoo.com

Digitalizado com CamScanner




138

Rio de Janeiro, 01 de agosto de 2015



Claudio Rocha de Souza
Presidente Osbravi



Pedrelina da Silva Procópio
De Sá Engenharia

TESTEMUNHAS:

1) Nome:
CPF:

2) Nome:
CPF:

Rua Desembargador Lima de Castro, nº224 – Grupo 221, Bairro Fonseca – Niterói-RJ
Cep: 24.120.350
contatoosbravi@yahoo.com

Digitalizado com CamScanner

539



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

CERTIDÃO DE RCA

VALIDADE ATÉ 09/06/2022

Certificamos, para os devidos fins da Lei nº 8666/93 alterada pela Lei nº 8883/94, que empresa abaixo identificada, encontra-se devidamente habilitada neste CRA-RJ a prestação dos serviços descritos no ATESTADO/DECLARAÇÃO aqui apresentado e demais atividades previstas em seu objeto social - Lei nº 4769/65, e decreto nº 61934/67. Certificamos, ainda, que o citada empresa tem executado serviços atinentes ao seu objeto social, conforme consta no ATESTADO/DECLARAÇÃO, que faz parte integrante desta Certidão devidamente registrado por este CRA-RJ. Esta Certidão vale como prova perante qualquer órgão Público ou Privado, resguardando-nos de qualquer ato ou fato que venha a ser apurado, que desabone ou comprove a falsidade do referido ATESTADO/DECLARAÇÃO.

Razão Social	: DE SA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
--------------	-------------------------------------

Endereço	: DA QUITANDA, 49 sala 206
Cidade	: RIO DE JANEIRO
Reg CRA-RJ:	: 90-09363 Estado: RJ CNPJ: 07.028.841/0001-56

Resp. Técnico	: VITOR DE PAIVA ROCHA
Reg. CRA-RJ	: 20-57653

REGISTRO DE COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO - RCA

Contratante: FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

RCA Nº 20211000100087 Data: 31/Março/2021

Código de controle da certidão: 0.225965947404

Emitida em: 09/12/2021 às 14:36

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço [sistemacra.rj.com.br/craonline/validarcertidao](https://www.cra-rj.org.br/craonline/validarcertidao) ou através do QR Code.

520



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **De Sá Construções e Serviços Ltda.**, inscrita no CNPJ sob nº 07.028.841/0001-56, estabelecida na Avenida Martin Luther King Jr, 126, Torre 1000, sala 1318, Nova América Offices, bairro Del Castilho, Rio de Janeiro/RJ, prestou serviços de vigia, à **Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro**, CNPJ nº 32.079.907/0001-84, estabelecida na Praça Floriano s/n, Centro, Rio de Janeiro/RJ contemplando 21 (vinte e um) postos, no período de 02/06/2020 a 02/09/2021, conforme Contrato nº 001/2020, no valor global de R\$821.025,95 (oitocentos e vinte e um mil e vinte e cinco reais e noventa e cinco centavos).

Informamos ainda que os serviços contratados foram prestados de forma satisfatória, não existindo em nossos registros nada que desabone sua conduta e responsabilidades com as obrigações assumidas.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 2021.

CLARA MARIA PAULINO CÁO

Presidente

Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro

Thiany Silva Teles
Escritor
Mat. 94/18588

9º Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original que me foi apresentado.

Rio de Janeiro/RJ 08/12/2021 15:10:31

Thiany Silva Teles-Mat: 94/18588

Serventia: R\$ 6,25 TJ+Fundos: R\$ 2,55 TOTAL: R\$ 8,8

EDUI9461-AQW - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

RUA SÃO CRISTÓVÃO, 489 - LOJA B - SÃO CRISTÓVÃO - RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20940-001 - TELS.: 3295-0972 / 3295-0140

093138AR314444

9º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DA COMARCA DA CAPITAL

123



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Theatro Municipal

Diretoria Administrativa e Financeira

CONTRATO

CONTRATO FTMRJ Nº 001/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGIA, COM POSTOS DE TRABALHO COMPOSTOS POR MÃO-DE-OBRA RESIDENTE, E EQUIPAMENTOS INCLUSOS, COM JORNADA DE TRABALHO DE 12X36, 07 (SETE) DIAS POR SEMANA NAS DEPENDÊNCIAS DA FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE PARA AS UNIDADES: PRÉDIO HISTÓRICO DO THEATRO MUNICIPAL, PRÉDIO ANEXO, CTP - CENTRAL TÉCNICA DE PRODUÇÕES E NCTP - NOVA CENTRAL TÉCNICA DE PRODUÇÕES, QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO E A EMPRESA DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

A **FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - FTMRJ**, com sede na Praça Floriano s/nº, Centro, Rio de Janeiro, CNPJ nº 32.079.907/0001-84, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato pelo Presidente **Aldo Mussi Lopes Teixeira**, portador da cédula de identidade nº 05.365.809-2, inscrito no CPF sob nº 826.053.607-25 e a empresa **DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.** situada na Av. Martin Luther King Jr, 126, Torre 1000, sala 1318, Nova América Offices, bairro Del Castilho, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.765-000 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.028.841/0001-56, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por **Farly Souza da Silva**, cédula da carteira nacional de habilitação nº 05924239939, Detran/RJ, e inscrito no CPF sob nº 105.301.137-75 domiciliado na Rua Doutor Albert Sabin, s/n, Bloco D, Casa 28, Lote 13, bairro Campo Alegre, Nova Iguaçu/RJ, CEP 26.292-334, resolvem celebrar o presente contrato de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGIA**, com postos de trabalho compostos por mão-de-obra residente, e equipamentos inclusos, com jornada de trabalho de 12x36, 7 (sete) dias por semana nas dependências da Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro para as unidades: Prédio Histórico do Theatro Municipal, Prédio Anexo, CTP - Central Técnica de Produções e NCTP - Nova Central Técnica de Produções, com fundamento no processo administrativo nº **E-18/005/294/2019**, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979 e Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, do instrumento convocatório do **Pregão FTMRJ nº 010/2019**, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

322

O presente **CONTRATO** tem por objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGIA**, com postos de trabalho compostos por mão-de-obra residente, e equipamentos inclusos, com jornada de trabalho de 12x36, 7 (sete) dias por semana nas dependências da Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro para as unidades:

Prédio Histórico do Theatro Municipal, Prédio Anexo, CTP - Central Técnica de Produções e NCTP - Nova Central Técnica de Produções na forma do Termo de Referência e do instrumento convocatório.

PARÁGRAFO ÚNICO: O objeto será executado segundo o regime de execução de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de 02/06/2020.

PARÁGRAFO ÚNICO – O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta da **CONTRATADA** seja mais vantajosa para a **FTMRJ**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA FTMRJ

Constituem obrigações da **FTMRJ**:

- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.
- e) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e Termo de Referência;
- f) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por representante especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e encaminhando os apontamentos a FTM/RJ para as devidas providências cabíveis;
- g) notificar a **CONTRATADA** a ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades no curso da execução do serviço, determinando o prazo de 03 (três horas) horas a partir da notificação para sua correção ou regularização, observando-se o escopo do serviço no Termo de Referência;
- h) Fornecer todas as informações pertinentes ao presente contrato para que a **CONTRATADA** possa realizar o pactuado, dentro do que foi especificado no contrato assinado;
- i) Efetuar os pagamentos nas condições e valores pactuados à **CONTRATADA**.
- j) Definir as rotinas de vigilância, segurança e vigia em suas dependências, mantendo a **CONTRATADA** informada;
- l) Permitir o livre acesso dos empregados da **CONTRATADA** nas áreas de execução da prestação de serviços correspondentes;
- m) Disponibilizar local destinado a vestiário, para utilização dos empregados da **CONTRATADA**;

123

- n) Não permitir que os empregados da CONTRATADA executem tarefas em desacordo com as pré-estabelecidas contratualmente;

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente;
- b) prestar o serviço no endereço constante da Proposta Detalhe;
- c) prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- d) iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- e) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- f) responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;
- g) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- h) observado o disposto no artigo 68 da Lei nº 8.666/93, designar e manter preposto, no local do serviço, que deverá se reportar diretamente ao Fiscal do contrato, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada para os serviços;
- i) elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
- j) manter em estoque um mínimo de materiais, peças e componentes de reposição regular e necessários à execução do objeto do contrato;
- l) manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- m) cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da cláusula oitava (DA RESPONSABILIDADE);
- n) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à FTMRJ, aos usuários ou terceiros.
- o) observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91;
- p) na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados..... 2%;

324

II - de 201 a 500..... 3%;

III - de 501 a 1.000..... 4%;

IV - de 1.001 em diante. 5%.

q) Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

r) Submeter à FTM/RJ, antes do início da execução do contrato, a relação dos vigias, sua respectiva distribuição, nos postos de trabalho, bem como uma cópia reprográfica, da ficha de registro de cada empregado, indicando o nome, endereço e o número da carteira de identidade, visando à entrada em suas dependências para execução das tarefas na ocorrência de substituição;

s) Implantar, imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, a mão-de-obra nos respectivos Postos relacionados e nos horários fixados, informando em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o Posto conforme estabelecido.

t) Fornecer uniformes e seus complementos à mão-de-obra envolvida, conforme a seguir descrito, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, quanto aos vigias: calça social, camisa social meia-manga, sapa tênis preto, capa de chuva, jaqueta de frio, crachá, Distintivo tipo broche, Livro de Ocorrências, Apito, Lanterna com 03 (três) pilhas, 20 (vinte) rádios comunicadores compatíveis com o Transceptor digital Portátil (modelo DEP450);

u) Para as Unidades da Fundação Teatro Municipal - FTM/RJ fornecer uniformes e seus complementos à mão-de-obra envolvida, conforme a seguir descrito:

VIGIA FEMININO		VIGIA MASCULINO	
Vestuário/Acessório	Quantidade	Vestuário	Quantidade
Calça ou Saia Social	02 unidades	Calça Social	02 unidades
Blazer ou Casaco Social	02 unidades	Paletó ou Casaco Social	02 unidade
Blusa Social	02 unidades	Blusa Social	02 unidades
Sapato Social Preto	02 pares	Sapato Social Preto	02 par
Meia Social	03 pares	Meia Social	03 pares
Rede para Cabelo	03 unidades	Cinto	1. nidade

325

v) Obrigatório fornecimento de, pelo menos, dois uniformes completos aos seus funcionários;

- x) A CONTRATADA não poderá repassar os custos de qualquer um destes itens de uniforme e equipamentos a seus empregados.
- z) Fornecer os respectivos uniformes e acessórios ao vigilante e vigia no momento da implantação dos Postos.
- aa) Prever toda a mão-de-obra necessária para garantir a operação dos Postos nos regimes contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.
- bb) Apresentar atestado de antecedentes civil e criminal de toda mão-de-obra oferecida para atuar nas instalações da FTM/RJ.
- cc) Efetuar a reposição da mão-de-obra nos Postos, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).
- dd) Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela FTM/RJ, bem como impedir que a mão-de-obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da mesma.
- ee) Atender de imediato às solicitações quanto à substituição da mão de obra, qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços, que estiver sem uniforme ou identificação, que embarçar a fiscalização da FTM/RJ, ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.
- ff) Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da FTM/RJ, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;
- gg) Relatar à FTM/RJ toda e qualquer irregularidade observada nos Postos das instalações onde houver prestação dos serviços;
- hh) O supervisor da CONTRATADA, para o Lote I, deverá, obrigatoriamente, inspecionar os Postos no mínimo 01 (uma) vez por semana, em dias e períodos (diurno e noturno) alternados;
- ii) Responder a CONTRATADA pela indenização de danos causados por seus empregados e/ou prepostos à FTM/RJ;
- jj) Apresentar e manter seus empregados e prepostos em serviço devidamente uniformizados e com aparência pessoal adequada;
- ll) Na ocorrência de acidentes em que forem vítimas seus empregados e/ou prepostos em decorrência da execução da prestação de serviços, ou em sua conexão ou contingência, deverá a CONTRATADA assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho;
- mm) Responsabilizar-se por todos os encargos de eventual demanda trabalhista, cível ou penal relacionada à prestação de serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- nn) Responsabilizar-se pelos roubos, furtos, extravios e danos causados ao patrimônio da FTM/RJ, quando apurada a culpa da CONTRATADA através de processo administrativo interno, obrigando-se a reparar a avaria, repor o bem ou indenizar a FTM/RJ, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, mediante comunicação formal. Esgotado este prazo a FTM/RJ se reserva o direito de efetuar a glosa do valor correspondente na primeira fatura apresentada subsequente à apuração da ocorrência.
- oo) A CONTRATADA deverá fornecer à FTM/RJ, previamente, a relação nominal dos seus empregados que atuarão na execução dos serviços, nela contendo Registro Geral, Matrícula e outros dados individuais necessários ao cumprimento das exigências que comprovem a qualificação exigida neste termo.
- pp) Assumir, como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da mão-de-obra, de aparelhos e de equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços contratados;
- qq) Responsabilizar-se por si e por seus sucessores, por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que a qualquer título, venha causar à FTM/RJ e ao Patrimônio Arquitetônico e Artístico, ao Estado do Rio de Janeiro.

Janeiro, e/ou terceiros, em decorrência da execução dos serviços;

rr) Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações decorrentes da legislação tributária, trabalhista e previdenciária, os quais correrão exclusivamente por sua conta;

ss) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus funcionários acidentados ou com mal súbito;

tt) Assumir total responsabilidade pela guarda do armamento nos períodos em que o mesmo não esteja sendo utilizado, na forma da legislação vigente;

uu) Providenciar livro de ocorrência, dotado de páginas numeradas, onde serão registradas todas as atividades, ocorrências e demais fatos relevantes relativos aos serviços, devendo ser encaminhada, mensalmente junto com a nota fiscal, uma cópia.

vv) Não divulgar nem fornecer dados ou informações obtidas em razão do contrato, e não utilizar o nome da FTM/RJ para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com autorização prévia;

xx) As normas de segurança constante deste Termo de Referência não desobrigam a CONTRATADA do cumprimento de outras disposições legais, federais, estaduais e municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência, imperícia ou imprudência no desenvolvimento dos serviços;

zz) Fornecer postos adicionais de vigilância e vigia quando solicitado pela FTM/RJ, por escrito, com, no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência, em função de demandas temporárias, como reuniões, leilões, encontros e eventos. O pagamento dos postos adicionais se efetuará pelo número de horas efetivamente cumpridas e somente será autorizado com indicação de números de vigilantes e horas previstas trabalhadas, desde que previamente autorizadas pela Fiscalização da FTM/RJ;

aaa) Conceder férias aos seus funcionários dentro do período concessivo, sob pena de rescisão contratual, informando, mensalmente, à FTM/RJ os nomes dos funcionários em férias, bem como daqueles designados para repor, imediatamente, os postos;

bbb) Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração.

ccc) Comprovar, quando da rescisão contratual, o pagamento das verbas rescisórias ou que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

ddd) Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando, imediatamente após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Administração.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2019, assim classificados:

Natureza das Despesas:	3390
Fonte de Recurso:	100
Programa de Trabalho:	15430.13.122.000.2016
Nota de Empenho:	2020NE00155

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ 1.485.666,00 (um milhão quatrocentos e oitenta e cinco mil seiscentos e sessenta e seis reais), em 12 (doze) parcelas iguais de R\$ 123.805,50 (cento e vinte e três mil oitocentos e cinco reais e cinquenta centavos).

PARAGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante(s) da FTMRJ especialmente designado(s) pelo Ordenador de Despesa, conforme ato de nomeação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

- a. provisoriamente, após parecer circunstanciado, que deverá ser elaborado pelo fiscal mencionado no parágrafo primeiro, no prazo de 72 (setenta e duas) horas após a entrega do bem/produto;
- b. definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, após decorrido o prazo de 30. (trinta) dias, para observação e vistoria, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A comissão a que se refere o parágrafo primeiro, sob pena de responsabilidade administrativa, anotar em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

126

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO – A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA, nem a exime de manter fiscalização própria.

PARÁGRAFO SEXTO – Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea p, da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA é responsável por danos causados a FTMRJ ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a FTMRJ, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aos empregados vinculados ao contrato, prova de que:

- a) está pagando as verbas salariais, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; ou a repartição das cotas ou retiradas, em se tratando de cooperativas, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;
- b) está em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação;
- c) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social; e
- d) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

329

PARÁGRAFO QUARTO – A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos PARÁGRAFOS SEGUNDO e TERCEIRO ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

PARÁGRAFO QUINTO – Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

PARÁGRAFO SEXTO – No caso do parágrafo quinto, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A FTMRJ deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 1.485.666,00 (um milhão quatrocentos e oitenta e cinco mil seiscentos e sessenta e seis reais), em 12 (doze) parcelas no valor de R\$ 123.805,50 (cento e vinte e três mil oitocentos e cinco reais e cinquenta centavos) cada uma delas, sendo efetuadas mensal, sucessiva e diretamente no Banco BRADESCO, na conta corrente nº 16367-8, agência 7050 Olegário Maciel, de titularidade da CONTRATADA, junto à instituição financeira contratada pelo Estado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pela FTMRJ a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA deverá encaminhar a fatura para pagamento a Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro, sito à Av. Almirante Barroso, 14/16 – 5º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos previstos no parágrafo segundo da cláusula oitava, todos relativos à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos segundo e terceiro, o prazo para pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

330

PARÁGRAFO QUINTO – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

PARÁGRAFO SEXTO – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo INPC e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

PARÁGRAFO OITAVO – Tratando-se de mão de obra alocada exclusivamente no contrato, decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data do orçamento a que essa proposta se referir, assim entendido o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta de licitação, poderá a **CONTRATADA** fazer jus ao reajuste do valor contratual referente aos custos decorrentes de mão de obra, se estes estiverem vinculados às datas-bases dos referidos instrumentos, aplicando-se o índice que tiver sido homologado, quando for o caso, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001

PARÁGRAFO NONO - A anualidade dos reajustes será sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os reajustes serão precedidos de requerimento da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta o reajuste.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quanto se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo, convenção coletiva ou dissídio.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Na ausência de lei federal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, o reajuste contratual poderá derivar de lei estadual que fixe novo piso salarial para a categoria, nos moldes da Lei Complementar nº 103/2000.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O preço dos demais insumos poderá ser reajustado após 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, de acordo com o IPCA, que deverá retratar a variação efetiva dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - As partes convencionam que o prazo decadencial para o Contratado solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na Unidade Protocoladora do

órgão contratante, é de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas *a, b, c, d e e*, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata a alínea *p*, da cláusula quarta, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá apresentar à FTMRJ, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória. A garantia deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) prejuízos diretos causados à **FTMRJ** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – O levantamento da garantia contratual por parte da contratada, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

PARÁGRAFO QUINTO – Para a liberação da garantia, deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no contrato.

332

PARÁGRAFO SEXTO – A FTMRJ poderá reter a garantia prestada, pelo prazo de até 03 (três) meses após o encerramento da vigência do contrato, liberando-a mediante a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento das verbas rescisórias devidas aos empregados vinculados ao contrato ou do reaproveitamento dos empregados em outra atividade da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da FTMRJ, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a CONTRATADA o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, sem prejuízo das demais cominações legais, sujeito as seguintes sanções:

a) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com a consequente suspensão de seu registro no Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

b) multas previstas em edital e no contrato.

533

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As condutas do contratado, verificadas pela Administração Pública contratante, para fins de aplicação das sanções mencionadas *no caput* são assim consideradas:

I – retardar a execução do objeto, qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços;

II – não manter a proposta, a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;

III – falhar na execução contratual, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;

IV – fraudar na execução contratual, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e

V – comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza, a gravidade da falta cometida, os danos causados à Administração Pública e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

PARÁGRAFO QUARTO - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, os critérios estabelecidos no PARÁGRAFO TERCEIRO também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO QUINTO - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do contratante, devendo ser aplicada pela Autoridade Competente, na forma abaixo transcrita:

a) As sanções previstas na alínea b do caput e nas alíneas a e b, do PARÁGRAFO SEGUNDO serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

539

b) As sanções previstas na alínea a do caput e na alínea c, do PARÁGRAFO SEGUNDO serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo ser submetidas à apreciação do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

c) A aplicação da sanção prevista na alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO, é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

PARÁGRAFO SEXTO - Dentre outras hipóteses, a advertência poderá ser aplicada quando o CONTRATADO não apresentar a documentação exigida nos PARÁGRAFOS SEGUNDO e TERCEIRO da CLÁUSULA OITAVA, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As multas administrativas, previstas na alínea b do caput e na alínea b, do PARÁGRAFO SEGUNDO:

a) corresponderão ao valor de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, aplicadas de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

b) poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra;

c) não têm caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

d) deverão ser graduadas conforme a gravidade da infração;

e) nas reincidências específicas, deverão corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;

f) deverão observar sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o art. 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

PARÁGRAFO OITAVO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do PARÁGRAFO SEGUNDO:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;

c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial das obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias, configurando inadimplemento, na forma dos PARÁGRAFOS QUINTO e SEXTO da CLÁUSULA OITAVA.

PARÁGRAFO NONO - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

335

PARÁGRAFO DÉCIMO - A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pela FTMRJ ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Se o valor das multas previstas na alínea b do *caput*, na alínea b, do PARÁGRAFO SEGUNDO e no PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do edital e/ou do contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a e b do *caput* e nas alíneas a, b e c, do PARÁGRAFO SEGUNDO, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

336

- a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);
- b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo contratante no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para o Órgão Central de Logística (SUBLOG/SECCG), o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea a do *caput* e nas alíneas c e d do PARÁGRAFO SEGUNDO, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO - A aplicação das sanções mencionadas no PARÁGRAFO VIGÉSIMO deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **FTMRJ** que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso a **FTMRJ** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da **FTMRJ** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

537

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação, nos seguintes casos:

I - quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos nos incisos I a IV e VIII a XII do artigo 83 do Decreto nº 3.149/1980;

II - quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **FTMRJ**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **FTMRJ**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV, da Lei nº 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato, deverá seu extrato ser publicado dentro do prazo de 20 (vinte) dias no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **FTMRJ**, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

138

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA DECIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, em 29 de maio de 2020.

FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL

ALDO MUSSI LOPES TEIXEIRA

DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

FARLY SOUZA DA SILVA

TESTEMUNHA

(NOME, CPF e RG)

TESTEMUNHA

(NOME, CPF, RG)

539

@cidade_unidade@, 29 maio de 2020



Documento assinado eletronicamente por **FARLY SOUZA DA SILVA, Usuário Externo**, em 29/05/2020, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aldo Mussi Lopes Teixeira, Presidente**, em 29/05/2020, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



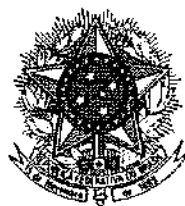
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **5016942** e o código CRC **A927A11E**.

Referência: Processo nº SEI-180005/000019/2020

SEI nº 5016942

Av. Almirante Barroso, 14/16, 5 andar, @cidade_unidade@/RJ, CEP 20031050
Telefone:

340



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

CERTIDÃO DE RCA

VALIDADE ATÉ 13/04/2022

Certificamos, para os devidos fins da Lei nº 8666/93 alterada pela Lei nº 8883/94, que empresa abaixo identificada, encontra-se devidamente habilitada neste CRA-RJ a prestação dos serviços descritos no ATESTADO/DECLARAÇÃO aqui apresentado e demais atividades previstas em seu objeto social - Lei nº 4769/65, e decreto nº 61934/67. Certificamos, ainda, que o citada empresa tem executado serviços atinentes ao seu objeto social, conforme consta no ATESTADO/DECLARAÇÃO, que faz parte integrante desta Certidão devidamente registrado por este CRA-RJ. Esta Certidão vale como prova perante qualquer órgão Público ou Privado, resguardando-nos de qualquer ato ou fato que venha a ser apurado, que desabone ou comprove a falsidade do referido ATESTADO/DECLARAÇÃO.

Razão Social	: DE SA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
Endereço	: DA QUITANDA, 49 sala 206
Cidade	: RIO DE JANEIRO
Reg CRA-RJ:	: 90-09363 Estado: RJ CNPJ: 07.028.841/0001-56
Resp. Técnico	: VITOR DE PAIVA ROCHA
Reg. CRA-RJ	: 20-57653

REGISTRO DE COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO - RCA

Contratante: JJ TRANSPORTES RIO EIRELI

RCA Nº 20191000100262 Data: 18/Julho/2019

Código de controle da certidão: 0.6134061738656522

Emitida em: 13/10/2021 às 07:37

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço sistemacra.rj.com.br/craonline/validarcertidao ou através do QR Code.

343

JJ TRANSPORTE RIO EIRELI



Conselho Regional de Administração
CRA/RJ

presente ATESTADO/DECLARAÇÃO
parte integrante da CERTIDÃO n.º 13673/2019.
pedida nesta data que relaciona o
CA n.º 100262 de 18/07/2019.

ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA

estabelecido neste Conselho Regional de Administração
em 18/07/2019
Setor de Registro de Pessoas Físicas
(SERP) CRA/RJ

Atestamos para devidos fins, que a empresa DE SÁ ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ de numero :07.028.841.0001-56, estabelecida na cidade do Rio de Janeiro na rua Da quitanda,49 sala 206 -centro -CEP.20011-030- detém qualificação técnica para atuar na prestação de serviços de terceirização de mão de obra.

A referida empresa desenvolveu no ano de 2014 com competência os serviços prestados de, 30 Motoristas (categoria D), 10 Motoristas (categoria C), 5 Motoristas (categoria B), 2 ASG, 2 Recepcionistas, 2 vigias diurnos e 2 noturnos.

Os serviços contratados foram prestados com excelência, qualidade e de acordo com os objetivos e prazos pré-estabelecidos.

NOVA IGUAÇU 18/07/2019

JJ TRANSPORTE RIO EIRELI

7º OFÍCIO

7º OFÍCIO DE NOTAS-NT
Selma Xavier da S. Cabral
Escritor
Matrícula 947165

7 Ofício de Notas - Rua Otávio Tarquino, 51
Interventor: FRANKLIN LACERDA GOMES
Reconheço as firmas por Semelhança de:
JOSE JORGE CANDIDO MONTEIRO *****
Emols: R\$ 5,61. Fetj: R\$ 1,12. Fundperj: R\$ 0,28. Funarpen: R\$ 0,28.
Funarpen: R\$ 0,22. Pmcmv: R\$ 0,11. Iss: R\$ 0,28. Total: R\$ 7,90.
Nova Iguaçu/RJ, 18/07/2019
SELMA XAVIER DA SILVA CABRAL. Em test. da verdade Conf.
EDCK 86454 VVJ Consulte https://www3.tj.rj.jus.br/sitepublico

089387AA581421

JJ TRANSPORTE RIO EIRELI

CNPJ:19.656.417/0001-35

RUA : CONSTITUIÇÃO,346 QUADRADO GALPÃO

CEP. 26.022-670 -BAIRRO - VILA ABOLIÇÃO - NOVA IGUAÇU

Scanned with CamScanner



Autenticação Digital Código: 122961908204031321440-1
Data: 19/08/2020 16:34:16
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKI68825-J6T9:



Cartório Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Beirito dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br

Bel. Váber Azevedo de Miranda Cavalcanti
TJ/PB



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente instrumento particular, celebrando entre as partes, a saber:

CONTRATANTE: JJ TRANSPORTE RIO EIRELI, empresa estabelecida à Rua Constituição, 346- Galpão -Nova Iguaçu -RJ inscrita no CNPJ sob o nº 19.656.417/0001-35, neste ato representado pelo Sr. JOSE JORGE CANDIDO MONTEIRO, RG. 02014875668, inscrito no CPF/MF sob nº 110.607767-90.

CONTRATADA: DE SÁ ENGENHARIA S/S LTDA, empresa estabelecida à Rua Da Quitanda, 49 SL 206 - centro - Rio de Janeiro - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.028.841/0001-56 neste ato devidamente representada pelo ILTON DOMINGOS GOMES DE SÁ JUNIOR, portador da cédula de identidade RG nº 2114078, inscrito no CPF/MF sob nº 034151397-00.

A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** têm entre si justo e acertado o presente Contrato de Prestação de Serviços, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

I - OBJETO

1ª - A **CONTRATANTE**, por intermédio do presente instrumento, contrata os serviços especializados da **CONTRATADA** na área de terceirização de mão de obra especializada em Funções operacionais para cuidar da limpeza em 5 mil metros quadrados, recepção tratando o cliente gerenciando entrada de documentos diariamente, vigia cuidando do patrimônio tanto na área interna como na área externa do galpão e 45 (quarenta e cinco) motoristas sendo 30 categoria D, 10 C e 5 B, Fazendo as rotas rio são Paulo e rio espírito santo deixando claro que nenhum motorista e fixo pode mudar de acordo com a contratante.

Parágrafo Único - Os serviços serão desenvolvidos e prestados de acordo com as necessidades, condições e especificações fornecidas pela **CONTRATANTE**.

II - CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO

2ª- Os serviços contratados serão executados mediante solicitação da **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, que a partir desta solicitação deverá executar os serviços em conformidade com as normas e condições estabelecidas no presente contrato.

3ª - Os serviços contratados serão prestados com orientação e responsabilidade técnica da **CONTRATADA**, no estabelecimento da **CONTRATANTE**, de conformidade com os cronogramas de execução dos serviços, estabelecido de comum acordo entre as partes contratantes, devendo sempre ser respeitado e priorizado as necessidades da **CONTRATANTE**.

4ª- A **CONTRATANTE**, durante a vigência do presente contrato e quando o serviço for executado no seu estabelecimento, permitirá que a **CONTRATADA** se utilize de suas instalações e de todos os seus equipamentos e maquinários necessários à execução dos serviços ora contratados.

Parágrafo Único - Ocorrendo esta hipótese, a **CONTRATADA** ficará responsável pelo bom uso dos equipamentos cedidos para a execução dos serviços, bem como pelos eventuais danos causados aos equipamentos da **CONTRATANTE**.

5ª - Para a fiel execução dos serviços, objeto do presente contrato, a **CONTRATADA** obriga-se:



543



Autenticação Digital Código: 122961908200679715564-1
Data: 19/08/2020 16:34:21
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKI68840-2YSX:



Cartório Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br

Bel. Válder Azevedo de Miranda Cavalcanti
TJPB



- a) - Respeitar integralmente as normas internas e disciplinares vigentes no estabelecimento da **CONTRATANTE**, bem como facilitar a ação fiscalizadora da **CONTRATANTE** quanto à execução dos serviços;
- b) - Responder pela guarda e conservação de quaisquer equipamentos, materiais ou documentos e informações sigilosas de propriedade da **CONTRATANTE**, que lhes forem entregues durante a execução dos serviços contratados.

III- REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

6ª- A título de remuneração pelos serviços prestados, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, a quantia discriminada de R\$ 125.300,00 a ser pago mensalmente, dando 1'503.600,00 ao término do contrato. O valor a ser pago será determinado pela multiplicação das horas efetivamente trabalhadas pelo valor/hora constante nessa cláusula. A **CONTRATANTE** fará a liberação do pagamento, mediante a apresentação dos apontamentos diários das horas trabalhadas e mediante a apresentação da competente Nota Fiscal de Serviços.

Parágrafo Único – A forma de pagamento da remuneração dos serviços prestados será feita por qualquer título admitido em direito.

V – PRAZOS E CONDIÇÕES DO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO

7ª- O prazo para o pagamento da remuneração pelos serviços prestados pela **CONTRATADA** será de 7 dias após o recebimento da Nota Fiscal de Serviços.

Parágrafo Único – Se a CONTRATADA utilizar durante a execução dos serviços objeto do presente contrato, produtos de sua autoria e devidamente registrado pela mesma perante o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual – INPI, não se aplicará esta cláusula.

8ª- O desenvolvimento das obras ou produtos pela **CONTRATADA**, objeto deste contrato, deverá ocorrer em caráter exclusivo à **CONTRATANTE** que será a única a explorá-los comercialmente durante a vigência do presente instrumento.

Parágrafo Primeiro – O licenciamento previsto nesta cláusula abrange também eventuais aperfeiçoamentos técnicos que vierem a serem efetuados pela CONTRATADA nas obras ou produtos objeto de licenciamento.

Parágrafo Segundo – Para fins do disposto nesta cláusula, a **CONTRATADA** se obriga a assinar os eventuais instrumentos de licenciamento, cessão e transferência de direitos que se fizerem necessários para o cumprimento da obrigação ora avençada.

VII – PRAZO DE VIGENCIA E HIPÓTESES DE RESCISÃO

9ª O presente contrato vigorará por pelo prazo de 12 meses, com início na data de 14/04/2014.

, podendo ser renovado automaticamente por iguais períodos.

10ª Este contrato poderá ser rescindido na ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

a- Insolvência, dissolução judicial ou extrajudicial, pedido de recuperação judicial, decretação de falência de qualquer das partes;

b – Força maior, conforme previsto e definido no art. 393, parágrafo único do Código Civil e;

c – Descumprimento de qualquer das cláusulas e condições do presente contrato.



Parágrafo Primeiro: A rescisão do presente contrato com fundamento nos casos dos itens "a", "b" e "c" desde que preenchidos os requisitos ali estabelecidos, não acarretará o pagamento de multa.

NOVA IGUAÇU 14 DE ABRIL DE 2014.

Contratante: [assinatura]
JJ TRANSPORTE RIO EIRELI

7º OFÍCIO

Contratada: [assinatura]
DE SÁ ENGENHARIA LTDA

7º OFÍCIO

Testemunhas:

1ª) _____

2ª) _____

7º Ofício de Notas - Rua Otavio Tarquino, 51
Interventor: FRANKLIN LACERDA GOMES
Reconheço as firmas por Semelhança de:
JOSE JORGE CANDIDO MONTEIRO *****
ILTON DOMINGOS GOMES DE SA JUNIOR *****
Emols: R\$ 5,61. Fetj: R\$ 1,12. Fundperj: R\$ 0,28. Funperj: R\$ 0,28
Funarpen: R\$ 0,22. Pmcmv: R\$ 0,11. Iss: R\$ 0,28. Total: R\$ 7,90.
Nova Iguaçu/RJ, 18/07/2019.
SELMA XAVIER DA SILVA CABRAL. Em test. [assinatura] da verdade. Conf. [assinatura]
EDCK 86449 NWM. EDCK 86450 ADN Consulte <https://www3.tj.rj.jus.br/sitepublico>

APE

089367AA581418

7º OFÍCIO DE NOTAS-N.I.
Selma Xavier da S. Cabral
Escrevente
Matricula: 94/165

TABELIONATO
Rua Otavio
Tarquino, 51
32557-7640
NOVA IGUAÇU - RJ

345





CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

CERTIDÃO DE RCA

VALIDADE ATÉ 13/04/2022

Certificamos, para os devidos fins da Lei nº 8666/93 alterada pela Lei nº 8883/94, que empresa abaixo identificada, encontra-se devidamente habilitada neste CRA-RJ a prestação dos serviços descritos no ATESTADO/DECLARAÇÃO aqui apresentado e demais atividades previstas em seu objeto social - Lei nº 4769/65, e decreto nº 61934/67. Certificamos, ainda, que o citada empresa tem executado serviços atinentes ao seu objeto social, conforme consta no ATESTADO/DECLARAÇÃO, que faz parte integrante desta Certidão devidamente registrado por este CRA-RJ. Esta Certidão vale como prova perante qualquer órgão Público ou Privado, resguardando-nos de qualquer ato ou fato que venha a ser apurado, que desabone ou comprove a falsidade do referido ATESTADO/DECLARAÇÃO.

Razão Social	: DE SA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
--------------	-------------------------------------

Endereço	: DA QUITANDA, 49 sala 206
Cidade	: RIO DE JANEIRO
Reg CRA-RJ:	: 90-09363 Estado: RJ CNPJ: 07.028.841/0001-56

Resp. Técnico	: VITOR DE PAIVA ROCHA
Reg. CRA-RJ	: 20-57653

REGISTRO DE COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO - RCA

Contratante: LILÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA ME

RCA Nº 20201000100101 Data: 26/Maio/2020

Código de controle da certidão: 0.5455755523991515
Emitida em: 13/10/2021 às 07:36
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço [craonline/validarcertidao](https://www.cra-rj.org.br/craonline/validarcertidao) ou através do QR Code.



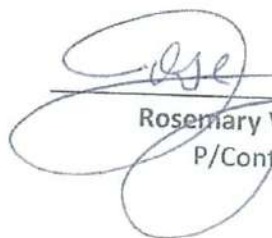
346

A LILÁS INDÚSTRIA COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA, com sede e foro na Cidade de Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro, situada na Rua Rui Barbosa, nº 495, nova Cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 68.557.818/0001-43, atesta para fins de comprovação de qualificação técnica, que a empresa DE SÁ ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.028.841/0001-56, estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, com sede na Rua da Quitanda, 49 sala 206 – Centro – CEP: 20.011-030 firmou contrato com esta empresa para prestação de serviços em caráter complementar conforme discriminados abaixo, de acordo com o contrato, de 10 de Fevereiro de 2014 a 10 de Fevereiro de 2015, dentro das qualidades e características das prestações dos serviços a presente data.

Postos de serviço, objeto deste Contrato são:

PROFISSIONAIS	EFETIVO
1- Auxiliar de Serviços Gerais - ASG	32
2- Copeiro	08
3- Porteiro	08
4- Vigia	10
5- Auxiliar Administrativo	15
6- Recepcionista	04
TOTAL:	77

Nilópolis, 25 de Abril de 2015.


Rosemary Vargas Melo
Auxiliar Administrativo
P/Contratante

Rua Rui Barbosa, 495 – CEP: 26.530-220 – Nova Cidade – Nilópolis – RJ
Contato: (21) 2791-7742 E-mail: lilás.cosmeticos@yahoo.com

347



CONTRATO Nº 002/2014 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A EMPRESA LILÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA E DE OUTRO DE SÁ CONSTRUÇÕES & REFORMAS LTDA, NA FORMA ABAIXO.

A LILÁS INDÚSTRIA COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA, com sede e foro na Cidade de Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro, situada na Rua Rui Barbosa, nº 495, nova Cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 68.557.818/0001-43, doravante denominado simplesmente "CONTRATANTE", neste ato representado pela Srª. Rosemary Vargas Melo, portadora da Carteira de Identidade nº 07030594-1 expedida pelo DETRAN/RJ, e CPF nº 847.068.457-15, e a empresa **DE SÁ CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA**, sociedade limitada, estabelecida na cidade do Rio de Janeiro/RJ, situada na Rua da Quitanda, nº 49 – sala 206, Centro, Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.028.841/000-56, doravante denominada simplesmente como "CONTRATADA", neste ato representado por Pedrelina da Silva Procópio, portador da Carteira de Identidade nº 20.357.513-9 expedida pela DETRAN RJ, e CPF nº 098.905.297-42, resolvem pelo presente e na melhor forma do direito, celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, para os fins previstos na Clausula Primeira, de acordo com as demais cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de terceirização de mão de obra pela CONTRATADA, nas dependências da CONTRATANTE, inclusive nas áreas externas comuns e mobiliários, com fornecimento de equipamentos e materiais de limpeza, de acordo com as normas ambientais vigentes.

PROFISSIONAIS	EFETIVO
1- Auxiliar de Serviços Gerais - ASG	32
2- Copeiro	08
3- Porteiro	08
4- Vigia	10
5- Auxiliar Administrativo	15
6- Recepcionista	04
TOTAL:	77

Rua Rui Barbosa, 495 – CEP: 26.530-220 – Nova Cidade – Nilópolis – RJ
 Contato: (21) 2791-7742 E-mail: lilás.cosmeticos@yahoo.com




348



CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

A vigência do Contrato de Prestação de Serviços inicia-se a 00 (zero) hora do dia **10/02/2014** e termina às 24 (vinte e quatro) horas do dia **10/02/2015**, podendo ser prorrogada por igual período.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O valor mensal estimado do presente Contrato é de R\$ 280.710,00 (duzentos e oitenta mil, setecentos e dez Reais), perfazendo o valor total de R\$ 3.368.520,00 (três milhões, trezentos e sessenta e oito mil, quinhentos e vinte Reais).

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão liberados em até 30 (trinta) dias, contados da liquidação da respectiva Nota Fiscal.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia contratual, no valor de 5% (cinco por cento) do valor contratado, e critério, julgar inconveniente; conferir por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- Executar os serviços objetos, na forma e nos prazos previstos;
- Diligenciar no sentido de que seus empregados cumpram rigorosamente os horários estabelecidos para prestação dos serviços;
- Fornecer e substituir, sem ônus para a CONTRATANTE, todos os materiais ou bens danificados em consequência de manipulação ou uso inadequado por seus empregados;

Rua Rui Barbosa, 495 – CEP: 26.530-220 – Nova Cidade – Nilópolis – RJ
Contato: (21) 2791-7742 E-mail: lilás.cosmeticos@yahoo.com

549



- d) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
- e) Responder pelos danos de qualquer natureza causados a CONTRATANTE, e ou terceiros, em razão de acidentes, de ação ou omissão dolosa ou culposa de seus prepostos ou de quem em seu nome agir;
- f) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, quanto à execução dos serviços contratados.
- g) Assumir a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, seguro de acidente do trabalho, que incidam ou venham incidir sobre os serviços objeto deste Contrato e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela CONTRATANTE;
- h) Assumir a responsabilidade pelo bom desempenho de seu pessoal e providenciar para que todos os empregados, nos locais de trabalho, cumpram as normas internas da CONTRATANTE;
- i) Assumir a responsabilidade integral e ilimitada pela vinculação trabalhista, exclusiva dos seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do Contrato, nas dependências da CONTRATANTE;

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por um representante da CONTRATANTE, denominado Gestor do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Com fundamento na base legal que rege este CONTRATO, a CONTRATADA, no caso de inobservância/ descumprimento de seus dispositivos, ficará sujeita às seguintes sanções e penalidades, garantida a prévia defesa:

- a) Advertência;
- b) Multa;

CLÁUSULA OITÁVA – DA RESCISÃO

Dar-se-á a rescisão do presente Contrato, independentemente da aplicação de outras cominações legais cabíveis, na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas neste acordo contratual.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Fica eleito o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para dirimir litígio surgido da eventual inexecução do presente Contrato, no todo ou em parte.

Rua Rui Barbosa, 495 – CEP: 26.530-220 – Nova Cidade – Nilópolis – RJ
Contato: (21) 2791-7742 E-mail: lilás.cosmeticos@yahoo.com

P
150

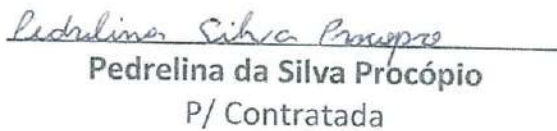


renunciando as partes contratantes, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e acordadas, firmam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, rubricadas as folhas precedentes, obrigando-se por si e seus sucessores, para que surtos todos os efeitos em direitos previstos, na presença das testemunhas abaixo assinadas e qualificadas que a tudo assistiram e do que dão fé.

Rio de Janeiro, 10 de Fevereiro de 2014


Rosemary Vargas Melo
P/Contratante


Pedrelina da Silva Procópio
P/Contratada

TESTEMUNHAS:

- 1) Nome:
CPF:
- 2) Nome:
CPF:

Rua Rui Barbosa, 495 – CEP: 26.530-220 – Nova Cidade – Nilópolis – RJ
Contato: (21) 2791-7742 E-mail: lilás.cosmeticos@yahoo.com

353

